

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

Viver no limiar

OUT
2022



Estudos económicos e financeiros

Perspetivas Económicas Regionais

África Subsariana

Viver no limiar



F U N D O M O N E T Á R I O I N T E R N A C I O N A L

©2022 Cataloging-in-Publication Data

IMF Library

Edição portuguesa

Departamento de serviços e equipamentos integrados do FMI
Divisão de serviços linguísticos, secção portuguesa

Names: International Monetary Fund, publisher.

Title: Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa : living on the edge.

Other titles: Sub-Saharan Africa : living on the edge. | World economic and financial surveys.

Description: Washington, DC : International Monetary Fund, 2022. | World economic and financial surveys. | Oct. 2022. | Includes bibliographical references.

Identifiers:

9798400221910 (English, Paper)

9798400221941 (English, ePub)

9798400221989 (English, Web PDF)

9798400222016 (paper)

9798400222108 (ePub)

9798400222139 (Web PDF)

Subjects: LCSH: Africa, Sub-Saharan -- Economic conditions. | Economic forecasting -- Africa, Sub-Saharan. | Economic development -- Africa, Sub-Saharan. | Africa, Sub-Saharan -- Economic policy.

Classification: LCC HC800.R4456 2022

O relatório *Perspetivas económicas regionais: África Subsariana* é publicado duas vezes ao ano, em abril e em outubro, e passa em revista a evolução económica da região. As projeções e considerações de política económica nele apresentadas são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente os pontos de vista do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção.

Os pedidos podem ser feitos online, por fax ou por correio:

International Monetary Fund, Publication Services

P.O. Box 92780, Washington, DC 20090 (USA)

Tel.: (202) 623-7430 Fax: (202) 623-7201

Email: publications@imf.org

www.imf.org

www.elibrary.imf.org

Todas as edições de *Perspetivas económicas regionais: África Subsariana* podem ser acedidas em:

<https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA>

Índice

Agradecimentos	iv
Sumário Executivo	v
Viver no limiar	1
Formulação de políticas no limiar	5
Quatro prioridades de política	5
A solidariedade internacional continua a ser essencial	11
Infográfico	13
Referências	14
Apêndice estatístico	15

Gráficos

Figura 1. África Subsariana: Fluxos de carteira	1
Figura 2. Mundo: Preços das matérias-primas	1
Figura 3. África Subsariana: Composição da dívida pública, 2000–2020	2
Figura 4. África Subsariana: Inflação do IPC, 2010–2022	2
Figura 5. África Subsariana: Crescimento do PIB, 2022	3
Figura 6. África Subsariana: Inflação	3
Figura 7. Economias de mercados emergentes e de fronteira: Taxa de câmbio, moeda nacional por USD	7
Figura 8. África Subsariana: Variação das taxas de juro diretores	8
Figura 9. África Subsariana: Variação do rácio juros/receitas, 2019–2025	8
Figura 10. África Subsariana: Necessidade de ajustamento orçamental para estabilizar a dívida abaixo de 70% do PIB	9

Quadros do apêndice estatístico

AE1.Crescimento do PIB real e preços no consumidor, média	18
AE2.Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública	19
AE3.Moeda em sentido lato e balança corrente externa, incl. donativos	20
AE4.Dívida externa pública por devedor e reservas	21

Agradecimentos

A edição de outubro de 2022 do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi preparada por uma equipa liderada por Andrew Tiffin, sob a supervisão de Aqib Aslam, Luc Eyraud e Catherine Pattillo.

A equipa foi composta por Hany Abdel-Latif, Marijn Bolhuis, Wenjie Chen, Habtamu Fuje, Cleary Haines, Shushanik Hakobyan, Peter Kovacs, Saad Quayyum, Henry Rawlings, Ivanova Reyes, e Qianqian Zhang.

Charlotte Vazquez foi responsável pela produção do relatório, com a assistência de Erick Trejo Guevara.

A edição final e produção foram supervisionadas por Cheryl Toksoz, do Departamento de Comunicação.

As seguintes convenções foram utilizadas nesta publicação:

- Nas tabelas, uma célula em branco indica “não se aplica”; a elipse (. . .) indica “dados não disponíveis” e 0 ou 0,0 indicam “zero” ou “negligenciável”. Pequenas discrepâncias entre os totais e a soma das suas componentes devem-se a arredondamentos.
- O sinal (–) entre anos ou meses (por exemplo, 2019–20 ou janeiro–junho) indica o período coberto, do primeiro ao último ano ou mês; o sinal (/) entre anos ou meses (por exemplo, 2005/06) indica um exercício orçamental ou financeiro, assim como a abreviatura EF (por exemplo, EF 2006).
- “Ponto base” significa um centésimo de 1 ponto percentual (por exemplo, 25 pontos base equivalem a um quarto de 1 ponto percentual).

Sumário Executivo

A recuperação da África Subariana foi subitamente interrompida. No ano passado, a atividade na região começou finalmente a recuperar, tendo o crescimento do PIB em 2021 aumentado para 4,7%. No entanto, o crescimento deverá **abrandar este ano em mais de 1 ponto percentual, situando-se em 3,6%**. De facto, a desaceleração da atividade económica, as condições financeiras mais restritivas e a subida drástica da inflação registadas a nível mundial estão a ter repercussões numa região já afetada por uma série de choques em curso. **O aumento dos preços dos produtos alimentares e energéticos** está a afetar os mais vulneráveis da região e **a dívida pública e a inflação** estão a aproximar-se de níveis que já não se verificavam há décadas. Face a este cenário, e com opções limitadas, muitos países são empurrados ainda mais para o limiar.

As perspetivas a curto prazo são extremamente incertas. Mais concretamente, as perspetivas da região estão firmemente ligadas à evolução da economia mundial, enquanto muitos países continuam a enfrentar uma situação sociopolítica e de segurança particularmente difícil.

A este respeito, as autoridades estão confrontadas com **uma das conjunturas mais desafiantes dos últimos anos.** Terão de lidar com crises socioeconómicas imediatas à medida que surgem (isto é, apagar fogos) e reforçar a resiliência ao reduzir as vulnerabilidades a futuros choques da melhor forma possível. Porém, em última análise, a segurança e prosperidade da região exigirão um crescimento de elevada qualidade, pelo que as políticas adotadas devem também preparar o terreno para uma recuperação sustentável (isto é, afastar-se do limiar).

Com estes objetivos em mente, a África Subariana deve dar prioridade às seguintes **quatro políticas-chave:**

- **Abordar a insegurança alimentar.** Com 123 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar aguda em toda a região, o aumento dos preços dos bens alimentares e da energia coloca muitas vidas em risco. A resolução deste problema é uma clara prioridade, mas a capacidade de expandir rapidamente as redes de segurança social é limitada em muitos casos, pelo que alguns países optaram por se virarem para medidas de apoio dispendiosas e mal direcionadas. Na atual situação de emergência, estas medidas são necessárias, sobretudo os programas de apoio alimentar, mas deverão eventualmente ser progressivamente eliminadas e substituídas por alternativas mais bem direcionadas, assegurando que os escassos recursos vão para aqueles que mais deles necessitam.
- **Gerir a mudança nas políticas monetárias.** Com a inflação mais alta e o aumento das taxas de juro mundiais, a maioria das autoridades começou a restringir a política monetária. Mas num contexto marcado por uma recuperação frágil e uma consolidação orçamental, as autoridades enfrentam um delicado equilíbrio. Devem aumentar as taxas de juro diretas de forma gradual e cautelosa, mantendo-se atentos às expectativas de inflação e ao nível das reservas cambiais.
- **Consolidar as finanças públicas num contexto de condições financeiras mais restritivas.** A dívida regional está a aproximar-se de níveis observados pela última vez no início dos anos 2000, antes dos efeitos positivos alcançados pela Iniciativa para a redução da dívida dos países pobres muito endividados. E no contexto da subida das taxas de juro mundiais, o acesso ao financiamento tornar-se-á provavelmente muito mais rigoroso. Por forma a criar resiliência e absorver o custo de uma fatura mais elevada dos juros, as autoridades terão de prosseguir a consolidação orçamental. Além disso, a implementação de quadros orçamentais de médio prazo credíveis – incluindo a gestão eficaz da dívida – podem reduzir a exposição a mudanças no sentimento de risco e reduzir os custos de financiamento. Para alguns países, poderá ser necessária uma reestruturação da dívida, exigindo uma melhor implementação do Quadro Comum do G-20.
- **Lançar as bases para um crescimento sustentável e mais ecológico.** O crescimento de elevada qualidade já é há muito uma prioridade, mas o contexto da reforma está a mudar drasticamente com a aceleração das alterações climáticas. O investimento em infraestruturas resilientes e ecológicas é cada vez mais importante. E tirar partido da considerável dotação da região em termos de fontes de energia renováveis e, potencialmente, abandonar os modelos baseados em combustíveis fósseis, exigirá um financiamento privado inovador e reformas no setor energético.

Notas analíticas apresentadas no âmbito das Perspetivas Económicas Regionais.

A título de referência para as conclusões e recomendações apresentadas na edição de outubro de 2022 das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*, foi elaborado um conjunto separado de notas sobre determinados tópicos de interesse atual. As notas redigidas no âmbito desta edição são as seguintes: “[Reforçar a segurança alimentar na África Subsariana](#)”, que descreve a resposta da região à crise de segurança alimentar e recomenda políticas para melhorar a resiliência no contexto das alterações climáticas; “[Combater a crescente inflação na África Subsariana](#)”, que analisa os principais

fatores da inflação em toda a região e discute elementos de uma resposta adequada à política monetária; “[Gerir a incerteza dos preços do petróleo e da transição energética](#)”, que aborda a resposta da região à volatilidade dos preços de exportação e analisa políticas para exportadores de petróleo que promovem uma transição mundial que passa pelo abandono dos combustíveis fósseis; “[Inovações em matéria de moeda digital na África Subsariana](#)”, que descreve os desenvolvimentos recentes nesta área em rápida mutação e aborda os custos e benefícios de vários instrumentos atualmente contemplados pelas autoridades na região (dinheiro móvel, moedas digitais dos bancos centrais e criptomoedas).

Viver no limiar

EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPETIVAS: OUTRO ANO DIFÍCIL

A recuperação da África Subsaariana foi subitamente interrompida. No ano passado, a atividade na região começou finalmente a recuperar, tendo o crescimento do PIB em 2021 aumentado para 4,7%. Infelizmente, o crescimento deverá abrandar este ano em mais de 1 ponto percentual, situando-se em 3,6%. De facto, a desaceleração da atividade económica mundial e a subida drástica da inflação mundial estão a ter repercussões numa região já afetada por uma série de choques em curso. O aumento dos preços dos produtos alimentares e energéticos está a afetar os mais vulneráveis da região e os desequilíbrios macroeconómicos estão a aproximar-se de níveis que já não se verificavam há décadas.

Um ambiente mundial em mudança e conturbado

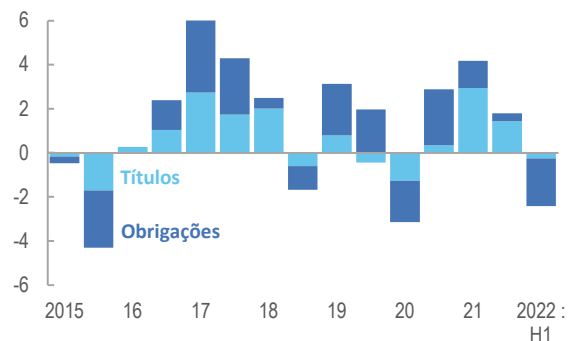
Três grandes acontecimentos mundiais estão a redefinir as perspetivas da África subsaariana: o abrandamento verificado nas economias avançadas e nos mercados emergentes, as condições financeiras mais restritivas a nível mundial e a volatilidade dos preços das matérias-primas.

Desde abril, as projeções de crescimento registaram uma contração em todo o mundo. O crescimento mundial em 2022 foi revisto em baixa em mais de 0,5 pontos percentuais, impulsionado em grande medida por uma diminuição de 1 ponto percentual, tanto nas economias avançadas como na China.

Com a rápida recuperação da inflação mundial, a normalização da política monetária nas economias avançadas acelerou. Neste contexto, os fluxos de capitais permaneceram precários (Figura 1). Durante o primeiro semestre do ano, os fluxos de saída da África Subsaariana rivalizaram com os associados ao início da crise de COVID-19 ou ao choque dos preços das matérias-primas de 2015, agravando a pressão sobre as taxas de câmbio – tendo as maiores depreciações sido observadas no Gana, no Maláui e na Serra Leoa.¹

Os preços mundiais das matérias-primas têm sido particularmente turbulentos. O preço do trigo, por exemplo, quase duplicou no início da invasão da Ucrânia pela Rússia, mas desde então regressou aos níveis anteriores à guerra (Figura 2). De um modo mais geral, espera-se que os termos de troca da África Subsaariana melhorem ainda em 2022 por comparação com o ano passado, mas verificou-se a diminuição de alguns ganhos desde abril e persiste uma heterogeneidade significativa – os países exportadores de petróleo podem esperar uma melhoria de cerca de 16% nos seus termos de troca este ano, ao passo que os países pobres em recursos naturais enfrentam uma diminuição de cerca de 4,5%. No entanto, tanto para os países exportadores como para os importadores de matérias-primas, os preços externos são agora cada vez mais incertos.

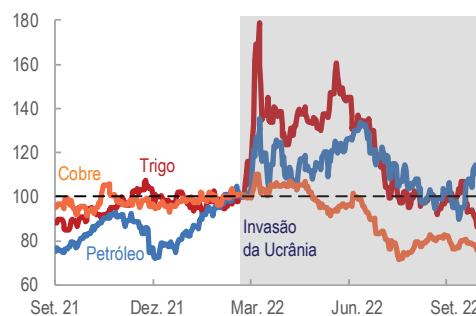
Figura 1. África Subsaariana: Fluxos de carteira (mil milhões de USD)



Fontes: EPFR e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: os dados do EPFR abrangem os fluxos dos fundos de investimento de carteira.

Figura 2. Mundo: Preços das matérias-primas (índice, 21 de fevereiro de 2022 = 100)



Fonte: Bloomberg Finance L.P.

¹ Embora a maioria das moedas se tenha depreciado face ao dólar americano no primeiro semestre de 2022, as taxas de câmbio efetivas reais registaram uma apreciação em mais de metade dos países da África Subsaariana, em parte devido à elevada inflação.

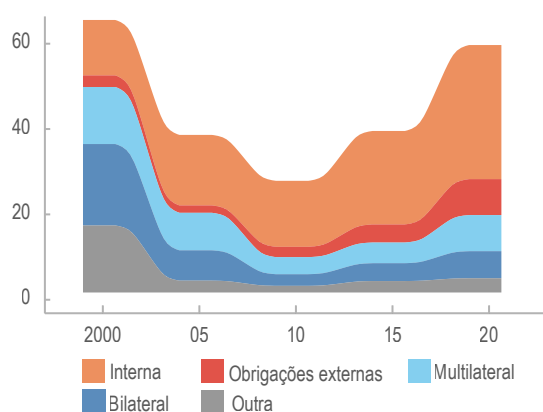
Os desequilíbrios macroeconómicos regressaram...

A margem de manobra da política monetária para fazer face aos últimos desafios continua a ser ténue à medida que a região enfrenta o seu terceiro ano de crise. Nos últimos anos, as autoridades tiveram dificuldade em proteger as vidas e os meios de subsistência das populações durante a pandemia de COVID-19 e a situação orçamental deteriorou-se, aumentando a dívida pública regional para cerca de 60% do PIB. Além disso, com as perturbações da cadeia de abastecimento mundial a exacerbar as consequências da guerra na Ucrânia, cerca de 40% das economias da região registam agora uma inflação de dois dígitos.

No tocante à dívida pública, o endividamento regional está agora aproximar-se de níveis observados pela última vez no início dos anos 2000, antes dos efeitos positivos alcançados pela Iniciativa para a redução da dívida dos países pobres muito endividados, embora com uma composição diferente (Figura 3). Além disso, a substituição da dívida multilateral de baixo custo e longo prazo por fundos privados de custo mais elevado resultou num aumento dos custos do serviço da dívida e em maiores riscos de refinanciamento. Dezanove dos 35 países de baixo rendimento da região estão em situação de sobre-endividamento ou em elevado risco de sobre-endividamento.² E dos restantes dez países da região, três tiveram spreads superiores a 1000 pontos base em algum momento ao longo dos últimos seis meses (por exemplo, Angola, Gana e Nigéria).

Figura 3. África Subsariana: Composição da dívida pública, 2000–2020

(total, em percentagem do PIB)



Fontes: Banco Mundial, International Debt Statistics; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

² Trata-se dos 35 países da África Subsariana cobertos pelo Quadro Conjunto de Sustentabilidade da Dívida do Banco Mundial e do FMI para os países de baixo rendimento.

No que respeita à inflação, a subida dos preços refletiu as tendências mundiais, em que a inflação aumentou de forma mais rápida e mais persistente do que o previsto, sendo os rendimentos pressionados pelos aumentos do custo de vida. Embora a recente subida da inflação possa parecer menos marcante em relação às médias históricas da África Subsariana (Figura 4), especialmente nos países com taxas de câmbio fixas, grande parte das variações registadas recentemente tem sido impulsionada por produtos alimentares e energéticos essenciais, que são importados em muitos países e constituem, em média, 50% do cabaz de consumo da região.

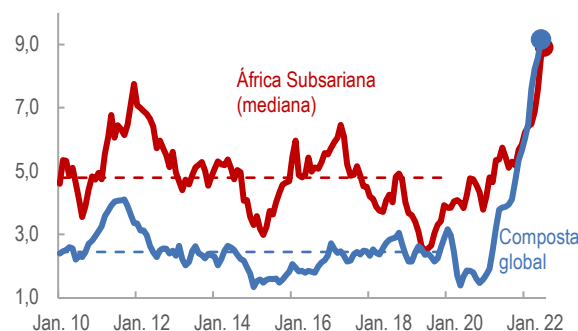
Consequentemente, a pobreza, a insegurança alimentar e a malnutrição foram exacerbadas, especialmente nas zonas urbanas, tendo repercussões não apenas na confiança e no crescimento económico, mas também na estabilidade social e política. O aumento dos preços dos produtos alimentares e energéticos tem constituído, tradicionalmente, um indicador sólido de agitação social e, este ano, contribuiu para o aumento dos protestos em toda a região (Gana, Guiné, Moçambique, Serra Leoa). No entanto, para além dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis, a inflação subjacente registada na região permanece moderada nesta fase.

... ensombrando as perspetivas económicas...

A instabilidade atual surge no pior momento possível, uma vez que muitos países estão ainda a lidar com as consequências de uma pandemia que está longe de ter

Figura 4. África Subsariana: Inflação do IPC, 2010–2022

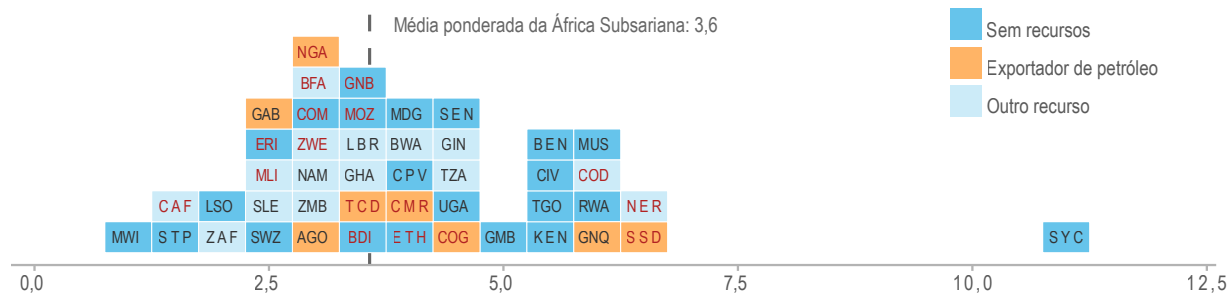
(em percentagem, em termos homólogos, linhas tracejadas = média pré-COVID-19)



Fonte: Haver Analytics; autoridades nacionais e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: composta global pela Haver Analytics.

Figura 5. África Subariana: Crescimento do PIB, 2022
(em percentagem, vermelho = países em situação frágil ou de conflito)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

terminado. Com apenas 21% da população totalmente vacinada, as taxas de vacinação na África Subariana situam-se ainda num nível muito inferior ao das taxas de vacinação de outras regiões, deixando muitos países expostos à doença e ao possível surgimento de novas variantes.

No entanto, conforme mencionado no relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subariana* publicado em abril de 2022, a região teve **uma recuperação surpreendentemente sólida no final de 2021**. Com a disponibilização de dados finais do PIB relativos a mais países, a taxa de crescimento para 2021 foi revista em alta para 4,7%.

Porém, esses progressos foram interrompidos pelas recentes perturbações mundiais. A nível regional, o **crescimento deverá abrandar** para 3,6% em 2022 e 3,7% em 2023, devido a um investimento moderado e à deterioração global da balança comercial (em termos de volume). Os países exportadores de petróleo crescerão 3,3%, enquanto outros países ricos em recursos naturais crescerão 3,1%. Mesmo com uma queda dos seus termos de troca, os países pobres em recursos naturais diversificados continuarão a estar entre as economias mais dinâmicas e resilientes da região, com um crescimento de 4,6% (Figura 5).

Para 2022, a nova projeção de crescimento para a África Subariana representa uma **descida relativamente modesta** de 0,2% comparativamente ao relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subariana* de abril de 2022, um valor consideravelmente inferior à revisão de -0,9% apresentada para as economias avançadas. Mas a revisão modesta oculta **alguma heterogeneidade regional**. A projeção de crescimento da África do Sul para 2022, por exemplo, foi revista em alta depois de uma recuperação sólida do setor dos serviços, impulsionada pelo baixo número de novos casos de COVID-19. Isto permitiu compensar o impacto causado por eventos adversos (inundações,

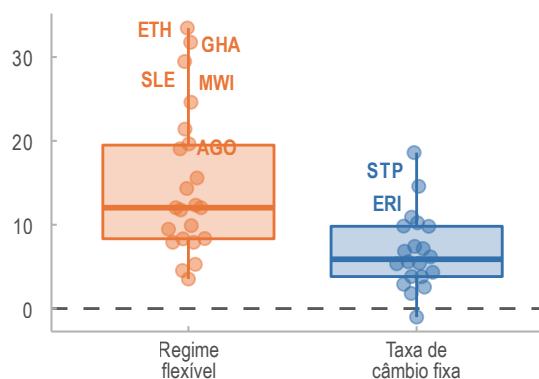
cortes de energia e greves, entre outros). Dito isto, **33 dos restantes 44 países reviram as suas projeções em baixa** à luz das perspetivas mundiais menos favoráveis e das pressões do custo de vida sobre a atividade interna.

As revisões da inflação projetada foram mais significativas, tendo a mediana para a região (em termos homólogos) aumentado quase 2 pontos percentuais, elevando a previsão para o final de 2022 para 8,7%. Mais uma vez, as expectativas divergem entre os países (Figura 6). A mediana projetada para as economias com uma taxa de câmbio fixa é de 6% (um aumento de 2%), mas para as economias com regimes mais flexíveis atinge os 12,6% (um aumento de 3,6%). Uma exceção notável é Angola, onde a inflação relativa a 2022 foi revista em baixa em mais de 3 pontos percentuais devido à rápida apreciação do kwanza decorrente da subida dos preços do petróleo.

... num contexto de riscos significativos em sentido descendente.

Em termos prospetivos, as **perspetivas da África Subariana para 2022 e 2023 são extremamente incertas**, na medida em que estão intrinsecamente

Figura 6. África Subariana: Inflação
(em percentagem, em termos homólogos, em julho de 2022)



Fontes: autoridades nacionais e cálculos do corpo técnico do FMI.

ligadas à evolução da economia mundial. Neste contexto, são **três os fatores fundamentais** que irão determinar a trajetória da região no curto prazo: 1) a resposta da política monetária das maiores economias do mundo ao aumento da inflação; 2) a guerra na Ucrânia; e 3) as sequelas dos confinamentos relacionados com a COVID-19 e as perturbações da cadeia de abastecimento.

Atualmente, a **projeção de base** para a África Subsariana pressupõe que a restritividade monetária mundial não provoque uma recessão generalizada nem uma alteração desordenada das condições financeiras mundiais. Além disso, pressupõe que não haverá um agravamento do conflito na Ucrânia nem novas perturbações da atividade mundial relacionadas com a pandemia.

É evidente que todos estes fatores mundiais estão sujeitos a **riscos consideráveis em sentido descendente**.

- Talvez mais importante seja o facto de as autoridades monetárias de todo o mundo estarem confrontadas com o contexto político mais difícil em muitos anos. Se a inflação mundial persistir, um **aperto monetário mais rápido e agressivo nas economias avançadas** poderá abrandar a procura mundial e aumentar ainda mais os custos dos empréstimos obtidos na África Subsariana – comprometendo a sustentabilidade da dívida e limitando a capacidade de as autoridades locais protegerem os seus cidadãos mais vulneráveis. Uma desaceleração mundial e condições financeiras mais restritivas poderão também reduzir ainda mais a oferta de ajuda pública ao desenvolvimento da região. Além disso, as crescentes pressões cambiais decorrentes do **fortalecimento do dólar americano** podem aumentar a inflação importada para a região, ao mesmo tempo que esgotam as reservas e comprometem a estabilidade financeira em países com vulnerabilidades nos balanços. Em casos extremos, os **fluxos de saída de capital** súbitos podem provocar dificuldades nas economias com grandes necessidades de financiamento externo.
- Uma **intensificação da guerra na Ucrânia** ou a aplicação de restrições prolongadas às exportações russas poderão agravar a turbulência observada no último ano, exercendo uma maior pressão ascendente sobre os preços dos produtos alimentares e energéticos na África Subsariana, agravando os problemas de oferta de alimentos a

preços abordáveis para as camadas mais vulneráveis da população e fomentando as tensões sociais. Além disso, uma escalada das tensões geopolíticas entre a Rússia e os países ocidentais poderá também aumentar a aversão ao risco a nível mundial e os custos de financiamento para a região, especialmente para os países com posições orçamentais mais frágeis.

A nível interno, o **contexto sociopolítico** para muitos países é difícil. Sete países realizarão eleições presidenciais e parlamentares nos próximos 12 meses e muitos outros enfrentam uma crescente insatisfação popular. Nestas circunstâncias, pode ser mais difícil responder rapidamente a novos choques ou prosseguir as reformas há muito necessárias. Vários países continuam também a enfrentar **grandes preocupações em matéria de segurança** (nomeadamente o Burquina Faso, Camarões, Chade, Etiópia, Mali, Moçambique, República Centro-Africana). As projeções atuais pressupõem um alívio gradual das tensões políticas e militares. No entanto, se os riscos de segurança persistirem ou se se intensificarem, as perspetivas económicas para estes países e para os seus vizinhos poderão deteriorar-se consideravelmente.

Qualquer **quantificação desses riscos deve ser tratada com prudência**. O impacto de mais um choque na região pode ser particularmente difícil de prever, tendo em conta as margens de reservas limitadas, bem como a elevada pobreza, a insegurança alimentar e as tensões sociais. Ainda assim, num **cenário pessimista** que não considere as dificuldades políticas e de segurança locais e tenha em conta apenas fatores mundiais (com sanções mais agressivas e menos exportações de petróleo da Rússia, uma contração significativa do setor imobiliário na China, perturbações persistentes do mercado de trabalho nas principais economias e condições financeiras mundiais mais restritivas) o crescimento mundial abrandará mais 1,5% nos próximos dois anos (de acordo com o *World Economic Outlook* de outubro de 2022). Tal seria historicamente excepcional e seria acompanhado por preços acentuadamente mais elevados do petróleo e do gás. Para além de uma projeção de base já pessimista, o custo acumulado para a África Subsariana representaria uma perda de 0,7% do PIB no período de 2023–2024, embora com um impacto ligeiramente diferente nos países exportadores de petróleo (ganhos de 1,1%) por comparação com outros países ricos em recursos naturais (perda de 1,8%) e pobres em recursos naturais (perda de 1,4%).

FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS NO LIMIAR

Para muitos decisores políticos da África Subariana, o caminho a percorrer é gigantesco. Com necessidades sociais crescentes, o aumento dos desequilíbrios e riscos elevados, a recente crise empurrou muitos deles para o limiar. O esgotamento das reservas e a redução do espaço de política deixam pouca margem para erros e as decisões têm, com frequência, de encontrar um **equilíbrio difícil entre necessidades concorrentes**, nomeadamente:

- **Apagar fogos.** Antes de mais, a prioridade deve ser salvar vidas. Durante a crise provocada pela COVID-19, a região centrou-se adequadamente em medidas imediatas para proteger a saúde e os meios de subsistência das pessoas em maior risco. Atualmente, uma **crise do custo de vida** está a agravar uma situação de segurança alimentar já frágil, o que exige uma resposta igualmente urgente.
- **Criar resiliência.** Confrontadas com perspetivas incertas e voláteis, as autoridades devem reduzir, da melhor forma possível, as vulnerabilidades a futuros choques. Em primeiro lugar, tal pode exigir a **reconstituição de reservas e a proteção das economias** contra riscos ainda mais extremos (nota analítica intitulada “**Gerir a incerteza dos preços do petróleo e a transição energética**”). Além disso, os países podem criar resiliência através do **reforço dos seus quadros de política**. Embora os desequilíbrios atuais na África Subariana possam recordar os anos 90, a região alcançou progressos significativos desde então, em especial em termos de melhoria dos quadros orçamentais, da credibilidade monetária e da governação. Estas realizações ajudaram a atenuar algumas das turbulências recentes, mas terão de ser salvaguardadas e reforçadas.
- **Afastar-se do limiar.** Em última análise, ultrapassar a situação atual exigirá um crescimento de elevada qualidade no médio prazo, o que sugere que o prémio para a **reforma estrutural inicial** é maior do que nunca. Um crescimento forte talvez seja a solução mais importante disponível para a eliminação dos desequilíbrios, uma vez que uma economia em crescimento significa uma maior base tributária e margem de manobra em termos de política monetária. Para um país africano médio, um crescimento adicional de 1 ponto

percentual do PIB ao longo de uma década poderia reduzir o rácio da dívida em cerca de 15 pontos percentuais.

QUATRO PRIORIDADES DE POLÍTICA

Tendo em conta estes objetivos, cada país deve adaptar a sua combinação de políticas às suas circunstâncias específicas. No entanto, para a região em geral, as considerações acima expostas sugerem **quatro prioridades prementes**.

Abordar a insegurança alimentar

Até ao final de 2022, prevê-se que **123 milhões de pessoas, ou 12% da população da África Subariana, enfrentem uma insegurança alimentar aguda** (dois terços do total mundial), um terço das quais passou a estar em situação de insegurança alimentar aguda desde o início da pandemia. E destas, uma grande percentagem são crianças em circunstâncias em que a fome crónica pode limitar permanentemente a sua saúde e perspetivas futuras. O rápido aumento da insegurança alimentar nos últimos dois anos deve-se principalmente: 1) às consequências da pandemia e à recente guerra na Ucrânia; 2) a um agravamento da situação em matéria de segurança em algumas partes da região; 3) a uma seca de quatro estações no Corno de África; e a outros choques climáticos (registados, por exemplo, em Angola e Madagáscar). As áreas que suscitam maior preocupação incluem a Etiópia, a Nigéria, a República Democrática do Congo, o Sudão do Sul, algumas partes do Quênia e os países do Sahel. O Programa Alimentar Mundial classificou a seca no Corno de África como a pior emergência alimentar do mundo em 2022.

Para além de fatores locais (como fenómenos climáticos ou conflitos locais), **a segurança alimentar é fortemente influenciada pelos preços dos produtos alimentares a nível mundial**. Estes produtos representam quase 40% do cabaz de consumo da África Subariana e muitos países são importadores líquidos de alimentos básicos (milho, arroz, trigo). **No caso de alguns destes produtos**, os preços internacionais duplicaram desde o início de 2020, enquanto os preços dos combustíveis e dos fertilizantes quase que triplicaram, aumentando os custos de transporte e exercendo pressão nas colheitas. Além disso, os fenómenos climáticos estão a agravar-se, o que comprometerá ainda mais a segurança alimentar em toda a região (Baptista *et al.*, 2022).

No quadro de uma resposta de política monetária, **os preços mundiais deveriam, idealmente, repercutir-se nos preços internos**, enquanto as autoridades protegem os mais vulneráveis através de transferências sociais direcionadas ou da expansão das redes locais de segurança social (Amaglobeli *et al.*, 2022).

No entanto, em grande parte da África Subsariana, **tal abordagem não é simplesmente viável**. Dada a dimensão do problema, poucos países dispõem de **infraestruturas ou capacidade administrativa** para expandir o seu apoio à escala ou ao ritmo necessários. E mesmo os países que tinham sido inovadores na utilização de novas tecnologias digitais durante a crise provocada pela COVID-19 (Togo) tiveram menos êxito na adoção da mesma abordagem nas circunstâncias atuais.

Em vez disso, muitos países recorreram a **medidas de apoio de curto prazo imediatamente disponíveis**, abordando as pressões sobre os preços dos combustíveis e dos produtos alimentares no contexto de um aumento global do custo de vida. De acordo com um inquérito recente do FMI às equipas nacionais, estas medidas de curto prazo implementadas ao longo deste ano são, na sua maioria, não direcionadas e dividem-se equitativamente entre as que combatem diretamente a insegurança alimentar e as que visam o aumento dos preços dos combustíveis (nota analítica intitulada “**Reforçar a segurança alimentar na África Subsariana**”). Alguns países reduziram os impostos sobre os produtos alimentares ou os combustíveis (o Maláui, o Níger, o Senegal, o Zimbabué) e outros introduziram novos subsídios (o Quênia, o Senegal, Zâmbia). Certos países introduziram controlos de preços (o Benim, a Côte d’Ivoire), concederam crédito aos principais importadores ou empresas agrícolas (por exemplo, a Serra Leoa), celebraram acordos diretos para importar alimentos básicos críticos (a Etiópia) e introduziram restrições às exportações (a Côte d’Ivoire). As autoridades nigerianas suspenderam os desde há muito divulgados planos de eliminação dos subsídios ao gás. Apenas alguns países introduziram transferências sociais direcionada ou em espécie.

Na atual situação de emergência, **algumas destas medidas podem ser necessárias, mas também devem ser progressivamente eliminadas**. Muitos programas, como os subsídios, são frequentemente **dispendiosos e mal direcionados**, canalizando os fundos públicos para as camadas da população que mais consomem e não para os grupos mais necessitados. Estas

iniciativas são implementadas em detrimento de outras prioridades críticas, como o investimento público. Por exemplo, os subsídios aos combustíveis (que, na conjuntura atual, parecem menos essenciais do que programas de assistência alimentar) são com frequência extremamente dispendiosos, regressivos e, em última análise, insustentáveis. Do mesmo modo, os limites máximos de preços e as restrições às exportações podem gerar distorções consideráveis, com consequências cada vez mais adversas para a segurança alimentar, o crescimento e a redução da pobreza.

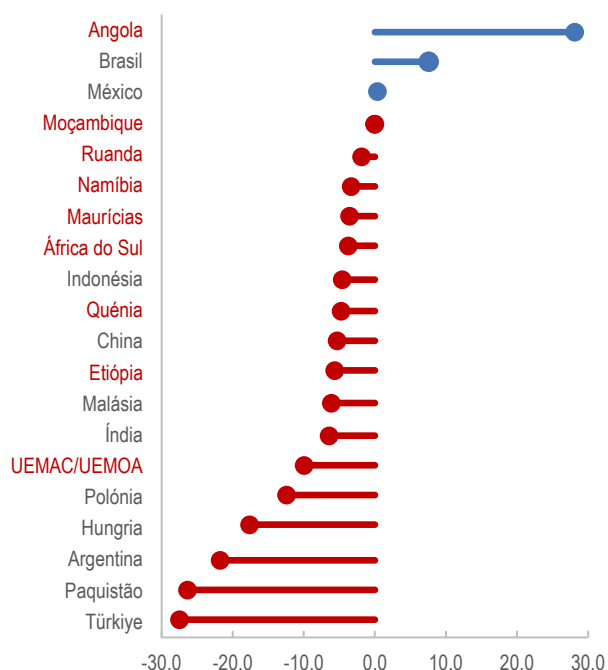
A transição para a eliminação das medidas de emergência variará de país para país, dependendo do hiato entre os preços nacionais e internacionais, da margem de espaço orçamental e da disponibilidade de possíveis opções de mitigação na forma de apoios sociais (FMI, 2020). **No que diz respeito aos subsídios aos produtos alimentares, os preços poderão ser gradualmente ajustados** e as autoridades devem considerar a possibilidade de visar artigos específicos, como os alimentos básicos, que poderão evitar mais facilmente a transferência para grupos com rendimentos mais elevados.

Gerir a mudança nas políticas monetárias

Em muitas economias avançadas, a inflação atingiu o seu nível mais elevado em mais de quatro décadas, **mas, na África Subsariana, a subida foi menos drástica**. A inflação mediana situa-se atualmente em cerca de 9%, comparativamente a um nível pré-COVID-19 ligeiramente superior a 5%.

Além disso, uma vez que as autoridades consideram **a combinação de políticas apropriada para combater a inflação**, é de salientar que, **em muitas economias da África Subsariana, os impulsionadores da inflação são diferentes** dos observados noutros locais. Por exemplo, um fator claro subjacente ao recente recrudescimento mundial foi o estímulo de políticas sem precedentes utilizado por muitas das maiores economias, inteiramente destinado a apoiar as suas economias durante a pandemia. Este nível de apoio não foi uma opção para a maioria da África Subsariana onde, pelo contrário, o limitado espaço de política conteve a recuperação regional. Do mesmo modo, a análise das componentes da inflação na África Subsariana sugere que grande parte do recente aumento se deveu a fatores externos, como os produtos alimentares e energéticos, ou oscilações cambiais (Figura 7). **Os elementos que mais refletem as pressões exercidas pela procura,**

Figura 7. Economias de mercados emergentes e de fronteira: Taxa de câmbio, moeda nacional por USD
(em percentagem, variação entre dezembro de 2021 e julho de 2022)



Fonte: FMI, International Financial Statistics.

Nota: as etiquetas vermelhas indicam a África Subsariana.
UEMAC = União Económica e Monetária da África Central;
UEMOA = União Económica e Monetária da África Ocidental.

tais como a inflação subjacente não transacionável, mantiveram-se relativamente estáveis até à data (nota analítica intitulada “Combater a crescente inflação na África Subsariana”).

Assim, em comparação com muitas das suas contrapartes de mercados avançados, diversas autoridades da África Subsariana enfrentam um desafio mais delicado.

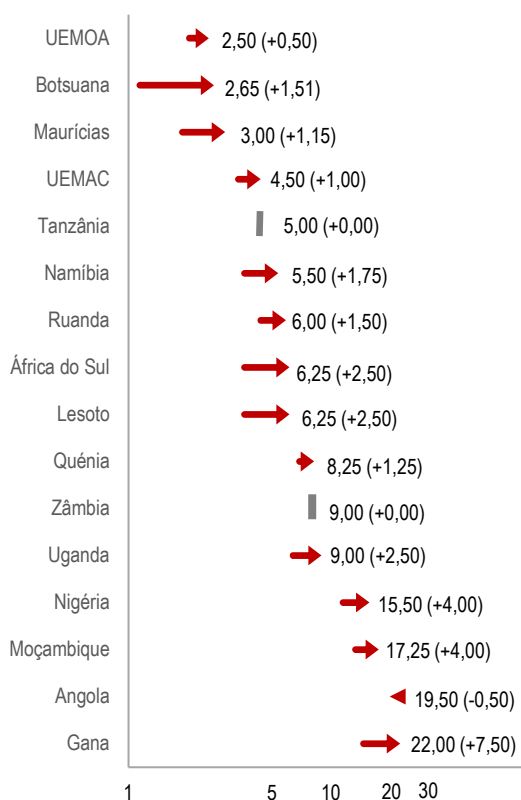
- **Um percurso progressivo.** A maioria dos países precisa de aumentar as suas taxas de juro diretoras para combater a subida da inflação e as pressões cambiais. Mas os atuais aumentos das taxas de juro estão a ocorrer num contexto marcado por uma recuperação que permanece frágil e necessidades sociais elevadas. Até à data, o aumento da inflação tem sido impulsionado principalmente por fatores externos e, em termos prospetivos, a procura deverá permanecer relativamente moderada, em parte devido à consolidação orçamental. Os países devem, portanto, proceder de forma prudente ao aperto monetário, mantendo-se atentos à evolução da inflação e ao surgimento de efeitos indiretos.

- **Com prudência, mas sem complacência.** As autoridades devem evitar agir de forma muito lenta, especialmente em países onde as expectativas de inflação estão menos bem ancoradas ou onde a credibilidade da política monetária é mais fraca. Neste aspeto, a manutenção da credibilidade monetária constitui também um objetivo fundamental, uma vez que cimeta melhor as expectativas face a choques futuros, reduzindo as medidas de aperto monetário necessárias para manter a inflação sob controlo e estimulando, pela mesma ocasião, a resiliência. Embora muitos países tenham realizado progressos significativos no reforço da transparência, da credibilidade e da independência dos seus quadros de política monetária, esses quadros estão agora a ser postos à prova.
- **Uma abordagem adaptada.** Em alguns casos, as autoridades podem ter de ajustar as políticas de forma mais agressiva. Por exemplo, pode ser necessário um aperto mais rápido das condições financeiras em países onde a inflação é mais elevada (no Zimbabué) ou onde se regista pressões agudas do lado da procura interna (no Gana). Nos países com paridade cambial, o nível de restritividade necessária varia muito, mas tanto a política monetária como a política orçamental devem ser coerentes com o apoio às reservas e à manutenção da credibilidade da paridade. Por fim, nos países com regimes mais flexíveis, um súbito aumento dos fluxos de saída de capital oferece às autoridades a possibilidade de optarem entre uma política monetária mais restritiva, uma depreciação da taxa de câmbio ou uma intervenção direta para apoiar a moeda. A intervenção para atenuar a volatilidade das taxas de câmbio é uma parte útil do conjunto de instrumentos de política, mas está limitada, na maioria dos casos, pelo baixo nível de reservas cambiais da região. A maior parte dos países tem posições externas mais fracas do que as justificadas pelos fundamentos económicos, pelo que poderá beneficiar de uma depreciação. Nesses países, pode ser preferível uma combinação de medidas mais restritivas e depreciação nominal.

Até ao momento, as autoridades monetárias de toda a região agiram com prudência (Figura 8). Mais de dois terços começaram a aumentar as taxas de juro diretoras para assegurar que a inflação e as expectativas inflacionistas permanecem controladas, mas os

Figura 8. África Subsariana: Variação das taxas de juro diretoras

(em percentagem, entre dezembro de 2021 e setembro de 2022)



Fontes: Haver Analytics; e FMI, International Financial Statistics.
 Nota: UEMAC = União Económica e Monetária da África Central; UEMOA = União Económica e Monetária da África Ocidental.

aumentos das taxas não acompanharam a retoma da inflação global. Esta prudência é provavelmente adequada, tendo em conta as origens da inflação recente associada à oferta e das pressões relativamente moderadas sobre a procura. Mas as autoridades devem ainda estar atentas a possíveis efeitos indiretos, uma vez que os custos do combate à inflação são normalmente muito mais elevados quando as expectativas de inflação se enraízam.

Consolidar as finanças públicas num contexto de condições financeiras mais restritivas

A dívida pública tem vindo a crescer de forma constante na África Subsariana há mais de uma década, tendo disparado nos últimos anos em razão do aumento dos gastos e da queda das receitas na sequência da crise provocada pela COVID-19. Espera-se que cerca de metade dos países empreendam algum nível de consolidação este ano. Prevê-se uma diminuição dos défices de toda a região de cerca de

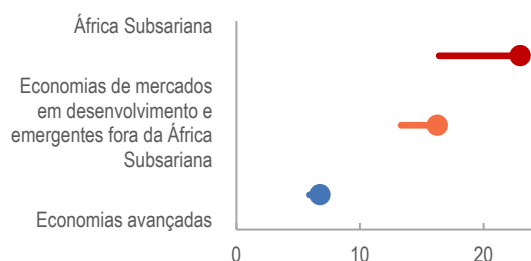
0,5% do PIB na sequência de uma maior consolidação de aproximadamente 1,25% em 2021, reduzindo a dívida média no final de 2022 para cerca de 55% do PIB. Aproximadamente um terço das economias da região regista agora níveis da dívida superiores a 70% do PIB.

As condições financeiras mundiais deverão tornar-se menos favoráveis. Grande parte da dívida atual foi contraída durante um período de taxas de juro historicamente baixas. Em termos prospetivos, as condições financeiras tornar-se-ão mais restritivas à medida que as taxas de juro diretoras mundiais se normalizam, o que aumentará os custos de financiamento externo e prejudicará a dinâmica da dívida da África Subsariana. Com efeito, projeta-se que os pagamentos de juros aumentem significativamente nos próximos anos, enquanto percentagem das receitas, ultrapassando 50% em alguns casos e superando largamente os encargos observados noutras regiões (Figura 9).

Além disso, a volatilidade dos custos de financiamento poderá também aumentar à medida que as condições mundiais se tornam mais restritivas. Tal como aconteceu em outros mercados emergentes, os mutuários da África Subsariana estão sujeitos a alterações súbitas no sentimento do mercado, em especial os que são considerados em maior risco. Durante as recentes perturbações mundiais, por exemplo, os spreads da dívida soberana flutuaram muito, perturbando os planos de alguns países que tinham previsto uma emissão durante o ano. Neste contexto, os países com um acesso reduzido aos mercados mundiais terão, em vez disso, de recorrer a mercados nacionais frequentemente superficiais, o que poderá excluir os mutuários locais. O aumento dos custos de

Figura 9. África Subsariana: Variação do rácio juros/receitas, 2019–2025

(em percentagem das receitas, excluindo donativos)



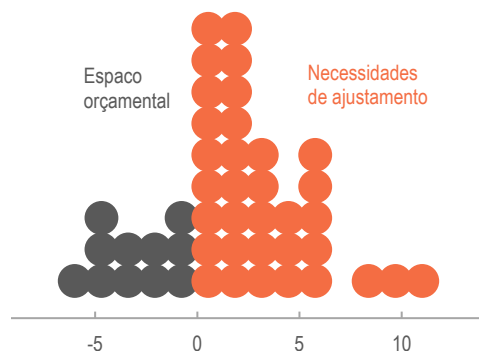
Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.
 Nota: médias regionais ponderadas pelo PIB a taxas de câmbio da paridade do poder de compra.

financiamento constitui também uma preocupação para os países sem acesso ao mercado, uma vez que as pressões inflacionistas promoveram uma maior restritividade geral da política monetária em toda a região, com consequências diretas para as taxas de juro internas e os custos do endividamento público.

Por forma a preservar a sustentabilidade das finanças públicas, criar uma maior resiliência e absorver o custo de uma fatura mais elevada dos juros, as autoridades terão de prosseguir a **consolidação orçamental**. O aumento dos custos de financiamento, o crescimento moderado e os elevados choques da dívida prejudicaram a dinâmica da dívida em muitos países, pelo que mesmo a estabilização da dívida num nível elevado exigirá esforços significativos (Figura 10). Para a maioria, o êxito da consolidação exigirá uma intensificação dos esforços para **impulsionar a mobilização das receitas, dando prioridade às despesas** sempre que possível e **aumentando a eficiência da despesa pública**, tal como referido em relatórios anteriores. Nos países exportadores de matérias-primas, a subida dos preços desses produtos pode gerar receitas extraordinárias, mas apenas se os gastos em subsídios à energia forem contidos. A maioria destas receitas deve ser usada para reconstituir as margens de reserva, sobretudo nos países onde existe uma forte vulnerabilidade das finanças públicas (Bellon e Massetti, 2022a).

No entanto, para além desta estratégia geral, as autoridades podem também tomar medidas especificamente orientadas para um ambiente de endividamento menos favorável:

Figura 10. África Subsaariana: Necessidade de ajustamento orçamental para estabilizar a dívida abaixo de 70% do PIB
(em percentagem do PIB, número de países)



Fontes: autoridades nacionais; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: o limiar de 70% representa o terço superior de países. Para os países abaixo deste limiar, o ajustamento estabiliza a dívida no nível de final de 2021. Para os países acima deste valor, o ajustamento situa a dívida em 70% acima do horizonte de previsão.

- **Um quadro orçamental de médio prazo credível e claramente articulado** pode aumentar a confiança na sustentabilidade orçamental, reduzir a exposição a mudanças no sentimento de risco e reduzir os custos de financiamento. Este quadro deve ser apoiado por instituições orçamentais fortes, práticas de informação transparentes e uma boa gestão dos riscos orçamentais. Os países sem acesso ao mercado podem beneficiar da credibilidade orçamental através de investimento privado suplementar, do reforço da estabilidade macroeconómica e da redução dos custos de financiamento interno.
- A volatilidade das condições de concessão de empréstimos representa um prémio adicional para a **gestão eficaz e transparente da dívida pública**. As estratégias de médio prazo implementadas por serviços de gestão da dívida eficientes e qualificados serão fundamentais para: 1) diversificar as fontes de financiamento para colmatar os hiatos no financiamento externo, nomeadamente através do desenvolvimento dos mercados nacionais de obrigações e do alargamento da base de investidores, 2) fomentar a confiança dos investidores, melhorando a comunicação com o mercado e definindo planos futuros para a emissão de dívida externa e interna, e 3) antecipar melhor as necessidades e os riscos de refinanciamento da dívida.

Para alguns países, a restritividade das condições financeiras mundiais pode agravar consideravelmente as vulnerabilidades da dívida, exigindo alguma **renegociação ou reestruturação**. Neste contexto, o bom funcionamento do mecanismo de resolução da dívida é fundamental. O **quadro comum** do G20 constitui um importante avanço, uma vez que reconhece que o tratamento eficaz da dívida exige a participação de todos os principais credores oficiais. Os progressos recentes na Zâmbia são muito bem-vindos, mas são **necessários mais esforços** – o quadro deve ser melhorado para permitir uma resolução rápida e justa do sobre-endividamento, abrangendo um conjunto mais vasto de países, permitindo uma suspensão dos pagamentos durante as negociações e incentivando as comissões de credores a reunir-se e a formular acordos de forma rápida e transparente (Chabert, Cerisola e Hakura, 2022).

Lançar as bases para um crescimento sustentável e mais ecológico

Em última análise, a prosperidade e a resiliência futuras da África Subsariana exigirão um crescimento de elevada qualidade, em particular tendo em conta que a população da região deverá duplicar nas próximas três décadas. Dentro de 10 a 15 anos, mais de metade das pessoas que ingressarem no mercado de trabalho a nível mundial será proveniente da África Subsariana.

Para os países com um espaço orçamental limitado, a oferta de novas oportunidades a essa força de trabalho exigirá uma **transição do crescimento (liderado pelo governo) para a inovação e a atividade do setor privado**. A maioria destas reformas são prioridades de longa data anteriores à recente crise, nomeadamente: reforçar a concorrência, eliminar os principais estrangulamentos à realização de negócios, melhorar a governação, promover a integração comercial e alargar a inclusão financeira (*Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana, abril de 2021*; e nota analítica intitulada “*Inovações em matéria de moeda digital na África Subsariana*”).

Todavia o contexto das reformas favoráveis ao crescimento está a mudar drasticamente. Se o mundo pretende limitar o aquecimento global em 1,5 °C, deve também limitar a quantidade total acumulada de gases com efeito de estufa libertados para a atmosfera, o que implica que a economia mundial enfrenta agora um “orçamento de carbono” vinculativo. Tendo em conta as emissões entre 1850–2020, as estimativas sugerem que resta apenas 15% deste orçamento total de carbono (IPCC, 2021, Tabela SPM.2). Assim, em termos prospetivos, a atividade económica mundial terá de se tornar significativamente mais **hipocarbónica**. Tendo em conta as pressões demográficas que a África Subsariana terá de enfrentar, tal sugere que qualquer solução mundial duradoura para as alterações climáticas tem de ter em conta os interesses e os condicionalismos da região.

Além disso, a **África Subsariana destaca-se desproporcionadamente como a região mais vulnerável do mundo**, afetada por catástrofes naturais cada vez mais intensas e frequentes. Para as autoridades, a integração da adaptação na política do governo será fundamental (Aligishiev, Massetti e Bellon (2022), e Bellon e Massetti (2022a, 2022b)). Mas de um ponto de vista geral, **um investimento abrangente em infraestruturas resilientes e verdes será fundamental**.

Esta situação tem implicações para quase todos os aspetos do desenvolvimento e, com recursos limitados, poderá exigir a exploração de áreas em que o setor privado possa implementar medidas de adaptação e mitigação de forma mais eficiente do que o setor público.

Por exemplo, na África Subsariana a energia representa um obstáculo fundamental ao crescimento – cerca de metade da população da região não dispõe de um fornecimento fiável de eletricidade, o que limita a sua capacidade de criar e gerir uma empresa. É evidente que, a nível mundial, o crescimento e a industrialização têm estado historicamente associados ao aumento das necessidades energéticas. Assim, para a África Subsariana, **uma transição energética justa e limpa** constituirá uma parte crítica para o desenvolvimento da região. Acresce que o alargamento do acesso representa uma oportunidade fundamental para as autoridades desbloquearem o crescimento sustentável – com novos e melhores empregos para todos, melhor saúde e uma resiliência acrescida.

A este respeito, tirar partido da **considerável dotação da região em termos de fontes de energia renováveis** e, potencialmente, eliminar os modelos baseados em combustíveis fósseis, exigirá um financiamento privado e uma reforma de políticas.

- No tocante ao financiamento, o acesso aos recursos de energias renováveis da região exigirá um **investimento inicial significativo** em produção flexível, novas tecnologias de armazenamento, interconetividade regional e sistemas de energia fora da rede. No entanto, o custo desta nova infraestrutura estará, provavelmente, fora do alcance da maioria dos governos, pelo que terão de **explorar soluções inovadoras**, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento, que melhorem o perfil de risco/retorno do financiamento privado para projetos no domínio das energias limpas. As potenciais medidas incluem o financiamento misto, garantias e melhorias do crédito, em conjunto com outras ações para preparar projetos suscetíveis de financiamento bancário e custos iniciais mais baixos para os potenciais investidores.
- No que diz respeito às políticas, a **reforma dos subsídios** pode ajudar a reforçar os sinais dos preços e a reequilibrar os incentivos no sentido do abandono da utilização de combustíveis fósseis tradicionais de maior intensidade carbónica. Do mesmo modo, uma **melhor governação do setor da**

eletricidade (com a reforma das tarifas e a redução dos obstáculos regulamentares) pode incentivar a introdução e a adoção de novas tecnologias, proporcionando um ambiente de investimento mais produtivo e competitivo.

A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL CONTINUA A SER ESSENCIAL

À medida que se afastam do limiar, muitos países da África Subsariana terão dificuldade em satisfazer as necessidades básicas das suas populações sem uma assistência financeira adicional significativa.

Sobre o clima

Garantir uma transição energética justa não deve ser da responsabilidade exclusiva das autoridades da África Subsariana. Tendo contribuído pouco para as emissões mundiais, a região é desproporcionalmente afetada pelas alterações climáticas. E embora uma trajetória de crescimento hipocarbónica e resiliente às alterações climáticas ofereça à região uma oportunidade para avançar de forma a cumprir simultaneamente as metas de desenvolvimento e climáticas da região, a África Subsariana não será capaz de financiar o investimento necessário sem um **aumento drástico do apoio internacional**, nomeadamente através da concessão de incentivos à participação do setor privado (Mitra *et al.*, no prelo).

Para o setor oficial, no contexto dos compromissos assumidos no Acordo de Copenhaga, no Acordo de Paris e no Pacto Climático de Glasgow, as economias avançadas prometeram 100 mil milhões de dólares americanos por ano em ajuda climática aos países em desenvolvimento. No período de 2016-2019, foi desembolsada uma média de 73 mil milhões de dólares por ano, mas apenas um quarto foi para a África Subsariana, tendo parte deste montante substituído o financiamento já garantido de atividades de desenvolvimento. **É preciso fazer mais.** Neste contexto, a próxima Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP-27), a realizar no Egito, constituirá uma boa oportunidade para a comunidade mundial reafirmar o seu compromisso para com uma ação climática eficaz e uma transição justa.

Para a região, um maior **financiamento em condições concessionais** para a África – para além dos compromissos existentes — será fundamental para apoiar a conservação e a adaptação às alterações climáticas. A este respeito, o FMI está a ajudar a catalisar novos fluxos de entrada de capitais, **reforçando a capacidade local** em questões relacionadas com a ação climática, nomeadamente através do Programa de Avaliação Macroeconómica do Clima e de programas-piloto de Avaliação da Gestão do Investimento Público no Clima.

Sobre as necessidades de desenvolvimento mais abrangentes

A **assistência internacional é também fundamental** para dar resposta às necessidades de emergência da região relacionadas com a segurança alimentar, a vacinação e a pandemia, bem como para ajudar os países a **manter a estabilidade económica** à medida que encontram o seu caminho para se afastar do limiar. Importa salientar que o apoio orçamental à África Subsariana está em declínio — enquanto fração do PIB beneficiário, a ajuda oficial ao desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico diminuiu de cerca de 4,5% na década de 1990 para menos de 3% mais recentemente.³ Ademais, a ajuda humanitária também foi reduzida, não obstante as necessidades prementes no domínio da segurança alimentar.

Como sempre, o **FMI está pronto a ajudar.** Para além da assistência técnica, o FMI dispõe de acordos com 23 países na região e disponibilizou quase 27 mil milhões de dólares em assistência sob a forma de financiamento e programas de emergência e de alívio da dívida desde o início da crise provocada pela COVID-19. Além disso, os direitos especiais de saque no valor de 23 mil milhões de dólares alocados à região no ano passado também ajudaram a reforçar as posições externas e financiaram o orçamento para apoiar as despesas sociais num momento tão crítico, entre outros. O FMI está também a alargar as suas facilidades de cedência de liquidez para responder melhor às questões climáticas. Criou recentemente o Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade, que complementarará o atual conjunto de facilidades de cedência de liquidez, proporcionando financiamento acessível para dar resposta aos desafios estruturais de

³ A ajuda oficial ao desenvolvimento aumentou significativamente em 2020 (para 3,8% do PIB da África Subsariana), refletindo o financiamento de emergência concedido durante a crise provocada pela COVID-19, mas os dados preliminares sugerem que a ajuda voltou aos níveis pré-pandémicos em 2021.

mais longo prazo, incluindo as alterações climáticas. Em resposta ao mais recente desafio em matéria de segurança alimentar, o FMI criou uma **nova vertente para choques alimentares** integrada nas suas facilidades de cedência de liquidez de emergência, que permitirá mitigar o impacto desses choques nos países membros elegíveis com necessidades urgentes da balança de pagamentos. Por último, para os Estados frágeis e afetados por conflitos, o FMI está a trabalhar em estreita colaboração com a região para adaptar o apoio e reforçar a colaboração com outros parceiros de desenvolvimento, incluindo o Banco Mundial e as Nações Unidas.

Por forma a apoiar estes esforços, e tendo em conta a crescente necessidade de financiamento em termos concessionais, será essencial **garantir compromissos adicionais por parte da comunidade internacional** para reforçar o Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento e o Fundo Fiduciário para a Resiliência e a Sustentabilidade do FMI.

Em suma, na sequência de um novo choque, as autoridades da África Subsariana estão mais uma vez a avançar, ponderando as várias exigências concorrentes num contexto de menores recursos. O caminho não será fácil. Mas **o potencial último da região permanece inalterado**. Com ajuda, a África Subsariana estará em posição de cumprir finalmente a promessa do século africano, contribuindo para um futuro mais verde e mais próspero para o continente e para o mundo.

VIVER NO LIMIAR


Um ambiente mundial mais turbulento e uma perspetiva mais ensombrada

2x A inflação quase **duplicou**

× A recuperação foi **interrompida**

 **123 milhões** de pessoas estão em situação de insegurança **alimentar**

 **As tensões sociais** estão a aumentar

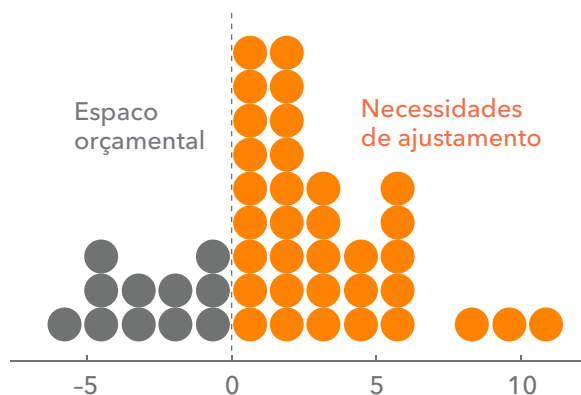
 Os preços das matérias-primas são **voláteis**

 Os custos de financiamento estão a **aumentar**

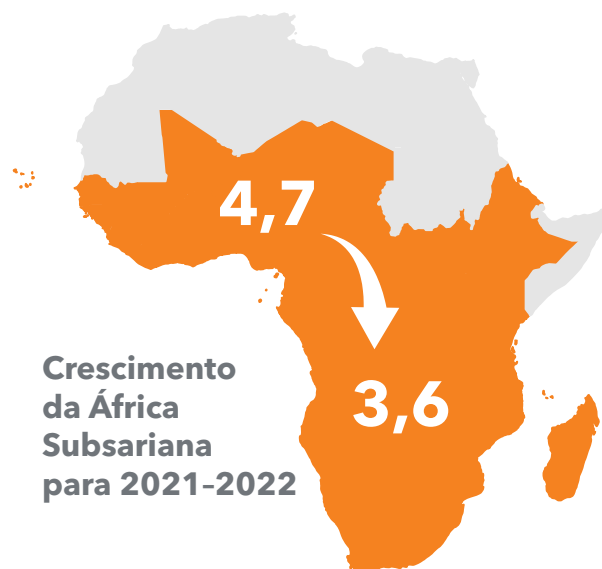
...colocam mais pressão sobre os responsáveis políticos

Ajustamento orçamental necessário para estabilizar a dívida abaixo de 70% do PIB

(em percentagem do PIB, n.º de países)



Fontes: autoridades nacionais; e cálculos do corpo técnico do FMI



QUATRO PRIORIDADES DE POLÍTICA



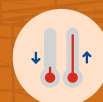
Abordar a insegurança alimentar



Gerir a mudança nas políticas monetárias



Consolidar as finanças públicas num contexto de condições financeiras mais restritivas



Lançar as bases para um crescimento sustentável e mais ecológico

Referências

- Aligishiev, Zamid, Emanuele Massetti e Matthieu Bellon. 2022. “Macro-Fiscal Implications of Adaptation to Climate Change.” IMF Climate Note 2022/02, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Amaglobeli, David, Emine Hanedar, Gee Hee Hong e Céline Thévenot. 2022. “Fiscal Policy for Mitigating the Social Impact of High Energy and Food Prices.” IMF Note 22/001, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Baptista, Diogo, Mai Farid, Dominique Fayad, Laurent Kemoe, Loic Lanci, Pritha Mitra, Tara Muehlschlegel, Cedric Okou, John Spray, Kevin Tuitoek e Filiz Unsal. No prelo. “Climate Change and Chronic Food Insecurity in Sub-Saharan Africa.” IMF Departmental Paper 2022/016, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Belianska, Anna, Nadja Bohme, Kaihao Cai, Yoro Diallo, Saanya Jain, Giovanni Melina, Pritha Mitra, Marcos Poplawski-Ribeiro and Solo Zerbo. Forthcoming. “Climate Change and New Financial Instruments: Opportunities and Challenges for Sub-Saharan Africa.” IMF Staff Climate Note, Fundo Internacional Monetário, Washington, DC.
- Bellon, Mattieu e Emanuele Massetti, 2022a. “Economic Principles for Integrating Adaptation to Climate Change into Fiscal Policy.” IMF Climate Note 2022/01, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Bellon, Mattieu e Emanuele Massetti. 2022b. “Planning and Mainstreaming Adaptation to Climate Change in Fiscal Policy.” IMF Climate Note 2022/03, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Chabert, Guillaume, Martin Cerisola e Dalia Hakura. 2022. “Restructuring Debt of Poorer Nations Requires More Efficient Coordination.” IMF Blog, April 7. Washington, DC.
- Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). 2021. “Summary for Policymakers.” In Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, Geneva.
- Fundo Monetário Internacional. (FMI). 2020. “Reaching Households in Emerging and Developing Economies: Citizen ID, Socioeconomic Data, and Digital Delivery.” Special Series on Fiscal Policies to Respond to COVID-19, Washington, DC.

Apêndice estatístico

Salvo indicação em contrário, os dados e as projeções utilizados neste relatório sobre as Perspectivas Económicas Regionais têm como base as estimativas do corpo técnico do FMI até 30 de setembro de 2022 e correspondem às projeções subjacentes à edição de outubro de 2022 do *World Economic Outlook* (WEO).

Os dados e as projeções abrangem 45 países da África Subsariana servidos pelo Departamento de África do FMI. As definições dos dados seguem, na medida do possível, as metodologias estatísticas internacionalmente reconhecidas. Nalguns casos, porém, a ausência de dados limita as comparações internacionais.

Grupos de países

Os países são agregados em três grupos (sem sobreposição): exportadores de petróleo, outros países ricos em recursos naturais e países pobres em recursos naturais (ver na página 16 o quadro com os grupos de países).

Os exportadores de petróleo são os países cujas exportações líquidas de petróleo representam no mínimo 30% das exportações totais.

Os outros países ricos em recursos naturais são aqueles em que os recursos naturais não renováveis representam no mínimo 25% das exportações totais.

Os países pobres em recursos naturais são aqueles que não pertencem nem ao grupo dos países exportadores de petróleo nem ao grupo de outros países ricos em recursos naturais.

Os países são também agregados em quatro grupos (com alguma sobreposição): países exportadores de petróleo, países de rendimento médio, países de baixo rendimento e países frágeis e afetados por conflitos (ver na página 16 o quadro com os grupos de países).

A composição desses grupos reflete os dados mais recentes sobre o rendimento nacional bruto *per capita* (média sobre três anos) e a classificação de Estados frágeis e afetados por conflitos realizada pelo Banco Mundial.

Os países de rendimento médio são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* superior a 1085 dólares no período 2019–2021 (Banco Mundial, utilizando o método Atlas).

Os países de baixo rendimento são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* igual ou inferior a 1085 dólares no período 2019–2021 (Banco Mundial, método Atlas).

Os países frágeis e afetados por conflitos são classificados de acordo com a informação divulgada pelo Banco Mundial no documento intitulado *Classification of Fragile and Conflict-Affected Situations, FY2023*.

O quadro na página 14 mostra a participação dos países da África Subsariana nos grandes órgãos de cooperação regionais, designadamente: zona do franco CFA, que compreende a União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade da África Oriental (CAO-5); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Os dados agregados da CAO-5 incluem o Ruanda e o Burundi, que passaram a integrar o grupo em 2007.

Métodos de agregação

Nos quadros AE1 e AE3, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente ao crescimento do PIB real e à moeda em sentido lato são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do *World Economic Outlook* (WEO).

No quadro AE1, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente aos preços no consumidor são calculadas como a média geométrica dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela PPC e expressa em percentagem do PIB total do grupo. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do WEO.

Nos quadros AE2–AE4, as cifras compósitas dos grupos de países, à exceção da moeda em sentido lato, são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB em dólares dos Estados Unidos (USD) às taxas de câmbio de mercado, e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países.

África Subsariana: Grupos de países

Países exportadores de petróleo	Outros países ricos em recursos naturais	Países pobres em recursos naturais	Países de rendimento médio	Países de baixo rendimento	Países frágeis e afetados por conflitos ¹
Angola	África do Sul	Benim	África do Sul	Burquina Faso	Burquina Faso
Camarões	Botsuana	Burundi	Angola	Burundi	Burundi
Chade	Burquina Faso	Cabo Verde	Benim	Chade	Camarões
Gabão	Gana	Comores	Botsuana	Eritreia	Chade
Guiné Equatorial	Guiné	Côte d'Ivoire	Cabo Verde	Etiópia	Comores
Nigéria	Libéria	Eritreia	Camarões	Gâmbia	Eritreia
Rep. do Congo	Mali	Essuatíni	Comores	Guiné	Etiópia
Sudão do Sul	Namíbia	Etiópia	Côte d'Ivoire	Guiné-Bissau	Guiné-Bissau
	Níger	Gâmbia	Essuatíni	Libéria	Mali
	Rep. Centro-Africana	Guiné-Bissau	Gabão	Madagáscar	Moçambique
	Rep. Dem. do Congo	Lesoto	Gana	Maláui	Níger
	Serra Leoa	Madagáscar	Guiné Equatorial	Mali	Nigéria
	Tanzânia	Maláui	Lesoto	Moçambique	Rep. Centro-Africana
	Zâmbia	Maurícias	Maurícias	Níger	Rep. Dem. do Congo
	Zimbabué	Moçambique	Namíbia	Rep. Centro-Africana	Rep. do Congo
		Quénia	Nigéria	Rep. Dem. do Congo	Sudão do Sul
		Ruanda	Quénia	Ruanda	Zimbabué
		São Tomé e Príncipe	Rep. Dem. do Congo	Serra Leoa	
		Seicheles	São Tomé e Príncipe	Sudão do Sul	
		Senegal	Seicheles	Tanzânia	
		Togo	Senegal	Togo	
		Uganda	Zâmbia	Uganda	
				Zimbabué	

¹ Países frágeis e afetados por conflitos com base na classificação do Banco Mundial, *Classification of Fragile and Conflict-Affected Situations, FY2023*.

África Subsariana: Países membros de grupos regionais

União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)	Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC)	Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA)	Comunidade da África Oriental (*CAO-5)	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	União Aduaneira da África Austral (SACU)	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
Benim	Camarões	Burundi	*Burundi	África do Sul	África do Sul	Benim
Burquina Faso	Chade	Comores	*Quénia	Angola	Botsuana	Burquina Faso
Côte d'Ivoire	Gabão	Eritreia	*Ruanda	Botsuana	Essuatíni	Cabo Verde
Guiné-Bissau	Guiné Equatorial	Essuatíni	*Tanzânia	Comores	Lesoto	Côte d'Ivoire
Mali	República Centro-Africana	Etiópia	*Uganda	Essuatíni	Namíbia	Gâmbia
Níger	República do Congo	Madagáscar	Sudão do Sul	Lesoto		Gana
Senegal		Maláui		Madagáscar		Guiné
Togo		Maurícias		Maláui		Guiné-Bissau
		Quénia		Maurícias		Libéria
		Rep. Dem. do Congo		Moçambique		Mali
		Ruanda		Namíbia		Níger
		Seicheles		Rep. Dem. do Congo		Nigéria
		Uganda		Seicheles		Senegal
		Zâmbia		Tanzânia		Serra Leoa
		Zimbabué		Zâmbia		Togo
				Zimbabué		

Lista de abreviaturas dos países da África Subsariana

AGO	Angola	ERI	Eritreia	MLI	Mali	STP	São Tomé e Príncipe
BDI	Burundi	ETH	Etiópia	MOZ	Moçambique	SWZ	Essuatíni
BEN	Benim	GAB	Gabão	MUS	Maurícias	SYC	Seicheles
BFA	Burquina Faso	GHA	Gana	MWI	Maláui	TCD	Chade
BWA	Botsuana	GIN	Guiné	NAM	Namíbia	TGO	Togo
CAF	República Centro-Africana	GMB	Gâmbia	NER	Níger	TZA	Tanzânia
CIV	Côte d'Ivoire	GNB	Guiné-Bissau	NGA	Nigéria	UGA	Uganda
CMR	Camarões	GNQ	Guiné Equatorial	RWA	Ruanda	ZAF	África do Sul
COD	República Democrática do Congo	KEN	Quênia	SEN	Senegal	ZMB	Zâmbia
COG	República do Congo	LBR	Libéria	SLE	Serra Leoa	ZWE	Zimbabué
COM	Comores	LSO	Lesoto	SSD	Sudão do Sul		
CPV	Cabo Verde	MDG	Madagáscar				

Quadros do apêndice estatístico

AE1.	Crescimento do PIB real e preços no consumidor, média.....	18
AE2.	Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública.....	19
AE3.	Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos.....	20
AE4.	Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas.....	22

Lista de fontes e notas de rodapé dos quadros do apêndice estatístico

Quadros AE1 e AE3

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, outubro de 2022.

¹ Dados do exercício.

² Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS (sistema de liquidação por bruto em tempo real), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as suas estatísticas das contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AE2

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, outubro de 2022.

¹ Dados do exercício.

² Para a Zâmbia, as projeções da dívida pública para 2022–2023 são omitidas devido à reestruturação em curso da dívida.

³ Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS (sistema de liquidação por bruto em tempo real), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as suas estatísticas das contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AE4

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, outubro de 2022.

¹ Membro da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da UEMOA.

² Membro da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da CEMAC.

³ Dados do exercício.

⁴ Para a Zâmbia, as projeções da dívida externa para 2022–2023 são omitidas devido à reestruturação em curso da dívida.

⁵ Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS (sistema de liquidação por bruto em tempo real), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as suas estatísticas das contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AE1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor												
	PIB Real (variação percentual anual)						Preços no consumidor, média anual (variação percentual anual)					
	2010-2018	2019	2020	2021	2022	2023	2010-2018	2019	2020	2021	2022	2023
África do Sul	1,9	0,3	-6,3	4,9	2,1	1,1	5,3	4,1	3,3	4,6	6,7	5,1
Angola	2,6	-0,7	-5,8	0,8	2,9	3,4	16,0	17,1	22,3	25,8	21,7	11,8
Benim	4,5	6,9	3,8	7,2	5,7	6,2	1,6	-0,9	3,0	1,7	5,0	1,8
Botsuana	4,9	3,0	-8,7	11,4	4,1	4,0	5,1	2,7	1,9	6,7	11,2	5,8
Burquina Faso	6,1	5,7	1,9	6,9	3,6	4,8	1,3	-3,2	1,9	3,9	14,2	1,5
Burundi	2,3	1,8	0,3	3,1	3,3	4,1	7,9	-0,7	7,3	8,3	17,3	8,5
Cabo Verde	3,5	5,7	-14,8	7,0	4,0	4,8	1,2	1,1	0,6	1,9	6,5	3,5
Camarões	4,4	3,4	0,5	3,6	3,8	4,6	1,8	2,5	2,5	2,3	4,6	2,8
Chade	3,5	3,4	-2,2	-1,1	3,3	3,4	1,7	-1,0	4,5	-0,8	4,9	3,1
Comores	3,4	1,8	-0,3	2,2	3,0	3,4	1,8	3,7	0,8	-0,2	11,4	8,4
Côte d'Ivoire	6,3	6,2	2,0	7,0	5,5	6,5	1,6	0,8	2,4	4,2	5,5	4,0
Eritreia	5,4	3,8	-0,5	2,9	2,6	2,8	3,6	1,3	5,6	6,6	7,4	6,4
Essuatíni	2,7	2,7	-1,6	7,9	2,4	1,8	6,1	2,6	3,9	3,7	4,9	4,2
Etiópia ¹	9,7	9,0	6,1	6,3	3,8	5,3	13,5	15,8	20,4	26,8	33,6	28,6
Gabão	4,0	3,9	-1,9	1,5	2,7	3,7	2,2	2,0	1,3	1,1	3,5	3,2
Gâmbia	2,5	6,2	0,6	4,3	5,0	6,0	6,1	7,1	5,9	7,4	11,3	11,1
Gana	6,7	6,5	0,5	5,4	3,6	2,8	11,7	7,1	9,9	10,0	27,2	20,9
Guiné	6,1	5,6	4,9	3,8	4,6	5,1	12,1	9,5	10,6	12,6	12,7	12,2
Guiné-Bissau	4,0	4,5	1,5	5,0	3,8	4,5	1,4	0,3	1,5	3,3	5,5	4,0
Guiné Equatorial	-3,1	-5,5	-4,2	-3,2	5,8	-3,1	2,9	1,2	4,8	-0,1	5,1	5,7
Lesoto	2,4	0,0	-6,0	2,1	2,1	1,6	4,9	5,2	5,0	6,0	8,1	6,2
Libéria	3,8	-2,5	-3,0	5,0	3,7	4,2	10,3	27,0	17,0	7,8	6,9	8,7
Madagáscar	2,8	4,4	-7,1	4,3	4,2	5,2	7,4	5,6	4,2	5,8	9,8	8,0
Maláui	4,2	5,4	0,9	2,2	0,9	2,5	17,0	9,4	8,6	9,3	18,4	16,5
Mali	4,4	4,8	-1,2	3,1	2,5	5,3	1,5	-3,0	0,5	3,8	8,0	3,0
Maurícias	3,8	3,0	-14,9	4,0	6,1	5,4	3,3	0,5	2,5	4,0	10,2	6,1
Moçambique	5,9	2,3	-1,2	2,3	3,7	4,9	8,1	2,8	3,1	5,7	11,3	8,6
Namíbia	3,6	-0,8	-8,0	2,7	3,0	3,2	5,3	3,7	2,2	3,6	6,4	4,9
Níger	6,2	5,9	3,6	1,3	6,7	7,3	1,1	-2,5	2,9	3,8	4,5	3,0
Nigéria	4,0	2,2	-1,8	3,6	3,2	3,0	11,8	11,4	13,2	17,0	18,9	17,3
Quênia	5,0	5,1	-0,3	7,5	5,3	5,1	7,3	5,2	5,3	6,1	7,4	6,6
República Centro-Africana	-0,6	3,0	1,0	1,0	1,5	3,0	4,7	2,8	0,9	4,3	6,5	6,3
República Democrática do Congo	6,4	4,4	1,7	6,2	6,1	6,7	12,3	4,7	11,4	9,0	8,4	9,8
República do Congo	0,5	-0,4	-8,1	-0,6	4,3	4,6	2,3	0,4	1,4	2,0	3,5	3,2
Ruanda	6,9	9,5	-3,4	10,9	6,0	6,7	3,9	2,4	7,7	0,8	9,5	8,0
São Tomé e Príncipe	4,5	2,2	3,0	1,9	1,4	2,6	8,7	7,7	9,8	8,1	15,0	11,2
Seicheles	5,1	3,1	-7,7	7,9	10,9	5,2	2,5	1,8	1,2	9,8	4,1	3,3
Senegal	4,9	4,6	1,3	6,1	4,7	8,1	1,0	1,0	2,5	2,2	7,5	3,1
Serra Leoa	5,0	5,3	-2,0	4,1	2,4	3,3	9,2	14,8	13,4	11,9	25,9	26,8
Sudão do Sul	-6,1	0,9	-6,5	5,3	6,5	5,6	102,7	49,3	24,0	30,2	17,6	21,7
Tanzânia	6,6	7,0	4,8	4,9	4,5	5,2	7,7	3,4	3,3	3,7	4,0	5,3
Togo	5,7	5,5	1,8	5,3	5,4	6,2	1,3	0,7	1,8	4,3	5,6	2,1
Uganda	5,3	7,8	-1,4	6,7	4,4	5,9	7,0	2,1	2,8	2,2	6,4	6,4
Zâmbia	5,3	1,4	-2,8	4,6	2,9	4,0	9,0	9,2	15,7	22,0	12,5	9,5
Zimbabué ²	7,4	-6,1	-5,2	7,2	3,0	2,8	2,1	255,3	557,2	98,5	284,9	204,6
África Subsariana	4,2	3,2	-1,6	4,7	3,6	3,7	8,3	8,2	10,2	11,1	14,4	11,9
<i>Mediana</i>	4,6	3,8	-1,2	4,3	3,8	4,6	4,7	2,8	3,9	4,6	8,0	6,3
Excl. África do Sul e Nigéria	5,2	4,7	0,0	5,1	4,3	4,9	7,9	8,2	11,2	10,8	15,1	11,8
Países exportadores de petróleo	3,5	1,7	-2,4	3,0	3,3	3,1	11,4	11,0	13,0	15,9	17,2	14,5
Excl. a Nigéria	2,4	0,6	-3,8	1,3	3,5	3,5	10,3	10,2	12,4	13,4	12,9	7,8
Países importadores de petróleo	4,5	4,0	-1,3	5,6	3,8	4,0	6,5	6,6	8,6	8,5	13,0	10,5
Excl. a África do Sul	6,0	5,6	0,9	5,9	4,4	5,1	7,3	7,7	11,0	10,2	15,6	12,6
Países de rendimento médio	3,6	2,2	-2,9	4,5	3,3	3,1	8,3	7,3	8,5	10,5	12,9	10,5
Excl. África do Sul e Nigéria	4,4	3,5	-1,7	4,9	4,3	4,5	7,4	6,0	7,9	9,1	11,9	8,2
Países de baixo rendimento	6,2	6,1	2,0	5,3	4,2	5,3	8,6	10,7	15,0	12,7	18,8	15,8
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil e afetados por conflitos	5,5	6,6	1,0	5,4	4,3	5,3	8,0	4,7	4,9	4,7	7,8	7,7
Países frágeis e afetados por conflitos	4,8	3,4	-0,2	4,2	3,6	3,9	10,3	12,0	15,7	16,5	20,8	17,9
Zona do franco CFA	4,4	4,4	0,6	4,4	4,5	5,4	1,7	0,2	2,4	2,8	6,1	3,1
UEMAC	2,6	2,0	-1,5	1,5	3,8	3,4	2,2	1,6	2,7	1,5	4,5	3,3
UEMOA	5,6	5,7	1,8	5,9	4,9	6,4	1,4	-0,6	2,2	3,5	7,0	3,1
COMESA (membros da ASS)	6,2	5,7	0,5	6,4	4,5	5,2	8,8	12,3	17,3	14,7	20,1	17,2
CAO-5	5,6	6,4	0,9	6,7	4,9	5,3	7,3	3,9	4,4	4,4	6,4	6,3
CEDEAO	4,7	3,5	-0,6	4,4	3,7	3,9	9,6	8,1	10,2	12,7	16,6	13,9
SACU	2,1	0,4	-6,4	5,2	2,2	1,3	5,3	4,0	3,2	4,6	6,9	5,2
SADC	3,1	1,3	-4,3	4,5	3,0	2,8	7,5	8,6	10,8	9,6	12,1	9,3

Ver nota de rodapé na página 17.

Quadro AE2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública

	Saldo orçamental global, incl. donativos							Dívida pública					
	(em % do PIB)							(em % do PIB)					
	2010–2018	2019	2020	2021	2022	2023	2010–2018	2019	2020	2021	2022	2023	
África do Sul	-4,0	-4,7	-9,7	-6,0	-4,9	-5,4	42,2	56,2	69,0	69,0	68,0	70,7	
Angola	-0,2	0,8	-1,9	3,8	2,7	0,0	51,3	113,6	136,5	86,4	56,6	52,5	
Benim	-2,4	-0,5	-4,7	-5,7	-5,5	-4,3	27,9	41,2	46,1	49,9	54,8	55,6	
Botsuana	-0,9	-8,5	-11,1	-2,6	-1,5	1,1	18,0	16,5	19,0	19,5	21,3	19,6	
Burquina Faso	-3,4	-3,4	-5,7	-6,4	-6,1	-5,3	28,6	42,5	46,4	52,4	59,6	59,3	
Burundi	-4,8	-6,4	-6,6	-4,2	-7,3	-7,6	43,6	60,0	66,0	66,6	66,4	67,6	
Cabo Verde	-6,5	-1,7	-9,1	-7,3	-6,4	-5,6	106,4	114,0	145,1	142,3	154,5	149,0	
Camarões	-3,3	-3,2	-3,2	-2,4	-2,0	-0,2	24,5	41,6	44,9	45,5	46,8	43,7	
Chade	-1,3	-0,2	2,1	-1,8	5,4	7,8	38,7	52,3	54,2	56,0	44,7	38,3	
Comores	1,4	-4,3	-0,5	-2,7	-6,5	-5,5	19,0	21,7	24,0	26,0	34,5	38,2	
Côte d'Ivoire	-2,3	-2,3	-5,6	-5,0	-5,3	-4,0	33,5	38,4	47,6	52,1	56,0	55,1	
Eritreia	-4,9	0,6	-4,4	-4,1	-1,3	-0,1	174,9	187,1	179,7	176,2	164,7	149,6	
Essuatíni	-4,8	-6,7	-4,5	-4,6	-6,4	-2,6	19,6	39,5	41,4	45,0	45,8	44,1	
Etiópia ¹	-2,1	-2,5	-2,8	-2,8	-3,1	-3,0	47,5	54,7	53,7	52,9	46,4	40,4	
Gabão	0,6	2,1	-2,2	-1,9	1,2	3,0	40,2	59,8	78,3	65,8	54,0	52,4	
Gâmbia	-4,4	-2,5	-2,2	-4,6	-4,4	-2,7	65,8	83,0	85,9	83,8	80,6	73,1	
Gana	-6,6	-7,3	-15,3	-11,4	-9,2	-8,6	47,0	62,7	79,1	82,1	90,7	87,8	
Guiné	-0,4	-0,3	-3,1	-1,7	-1,9	-2,8	43,5	38,6	47,5	42,5	39,0	37,2	
Guiné-Bissau	-2,5	-3,9	-9,6	-5,7	-4,4	-4,0	53,5	64,0	76,5	78,5	82,0	80,3	
Guiné Equatorial	-5,7	1,8	-1,7	2,6	3,7	4,1	21,2	43,2	48,4	42,8	27,1	26,5	
Lesoto	-2,8	-7,5	0,2	-4,4	-6,6	-5,9	40,9	50,5	54,2	53,5	50,7	48,0	
Libéria	-3,2	-4,8	-3,8	-2,4	-5,0	-3,6	26,2	48,5	58,7	53,2	55,1	56,2	
Madagáscar	-2,0	-1,4	-4,0	-2,9	-6,5	-4,8	37,1	40,6	50,8	53,1	53,8	53,1	
Maláui	-3,2	-4,5	-8,2	-8,9	-7,1	-8,0	32,6	45,3	54,8	63,9	73,3	74,5	
Mali	-2,8	-1,7	-5,4	-5,0	-5,0	-4,7	29,8	40,7	47,3	51,9	55,9	55,8	
Maurícias	-2,7	-8,4	-10,9	-6,1	-6,0	-5,9	60,5	84,6	99,2	93,5	90,9	90,0	
Moçambique	-4,8	0,1	-5,4	-3,7	-3,4	-4,3	72,3	99,0	120,0	106,4	102,4	102,6	
Namíbia	-6,0	-5,5	-8,1	-9,1	-8,1	-6,1	33,8	59,4	66,6	72,0	71,8	71,7	
Níger	-3,4	-3,6	-5,3	-5,9	-6,6	-4,7	25,4	39,8	45,0	51,2	57,1	57,0	
Nigéria	-3,0	-4,7	-5,6	-6,0	-6,2	-5,8	19,7	29,2	34,5	36,6	37,3	38,6	
Quênia	-5,8	-7,4	-8,1	-8,0	-7,0	-5,3	44,2	59,1	68,0	67,8	69,4	67,5	
República Centro-Africana	-1,6	1,4	-3,4	-6,0	-4,8	-0,1	44,3	47,1	43,4	47,6	52,1	47,6	
República Democrática do Congo	0,2	-2,0	-1,4	-1,0	-3,6	-2,8	20,4	15,0	16,5	16,1	14,7	10,8	
República do Congo	-0,9	4,7	-1,2	1,7	9,0	6,4	57,9	84,8	114,0	103,6	82,0	73,9	
Ruanda	-2,1	-5,1	-9,5	-7,0	-6,4	-5,7	29,6	49,8	65,6	66,6	68,1	68,6	
São Tomé e Príncipe	-6,0	-0,1	5,9	1,5	1,4	0,8	82,2	71,6	81,4	72,4	64,0	63,1	
Seicheles	1,4	0,9	-16,5	-5,8	-2,9	0,9	70,1	54,2	84,8	72,9	64,9	61,7	
Senegal	-3,9	-3,9	-6,4	-6,3	-6,2	-4,5	44,0	63,6	69,2	73,2	77,3	74,3	
Serra Leoa	-5,3	-3,1	-5,8	-7,3	-3,8	-2,6	48,6	72,4	76,3	79,3	81,8	78,1	
Sudão do Sul	-7,0	0,0	2,9	4,3	3,0	2,5	41,8	28,1	36,4	64,7	52,3	29,7	
Tanzânia	-3,0	-2,0	-2,5	-3,1	-3,1	-3,3	35,0	39,0	40,5	40,7	39,5	38,1	
Togo	-4,3	1,6	-6,9	-6,0	-6,1	-4,6	46,8	52,4	60,3	63,7	66,1	65,4	
Uganda	-3,0	-4,8	-7,5	-7,7	-5,5	-4,7	25,6	37,6	46,3	51,8	52,2	51,3	
Zâmbia ²	-5,6	-9,4	-13,8	-8,4	-9,5	-9,1	44,7	99,7	140,2	119,1	
Zimbabué ³	-3,3	-1,0	0,8	-2,3	-1,5	-1,5	47,7	93,2	102,5	66,9	92,6	64,9	
África Subsariana	-3,2	-3,9	-6,4	-5,1	-4,5	-4,3	35,0	50,1	57,6	57,0	55,5	53,7	
<i>Mediana</i>	-3,2	-2,5	-5,3	-4,6	-5,0	-4,0	39,1	52,3	58,7	63,9	57,1	57,0	
Excl. África do Sul e Nigéria	-2,9	-3,2	-5,5	-4,3	-3,6	-3,1	39,9	57,6	64,3	60,9	59,1	55,0	
Países exportadores de petróleo	-2,5	-3,3	-4,6	-4,0	-3,5	-3,6	27,2	43,9	48,6	46,3	42,5	41,8	
Excl. a Nigéria	-1,5	0,3	-1,7	1,1	2,3	1,3	42,8	80,2	88,5	69,7	53,3	49,0	
Países importadores de petróleo	-3,8	-4,3	-7,3	-5,7	-5,1	-4,7	40,5	53,5	62,4	62,3	63,0	61,1	
Excl. a África do Sul	-3,6	-4,1	-6,3	-5,5	-5,2	-4,4	39,4	52,1	59,4	59,0	60,7	56,7	
Países de rendimento médio	-3,4	-4,4	-7,3	-5,6	-4,8	-4,6	34,4	50,9	59,5	59,0	57,0	56,4	
Excl. África do Sul e Nigéria	-3,2	-4,0	-7,3	-4,9	-3,6	-3,1	41,6	66,0	75,5	69,5	65,8	63,1	
Países de baixo rendimento	-2,7	-2,3	-3,5	-3,7	-3,6	-3,2	37,7	47,4	51,8	51,0	51,2	45,9	
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil e afetados por conflitos	-2,8	-2,7	-4,9	-4,9	-4,4	-4,1	34,0	42,0	48,3	50,1	49,9	48,5	
Países frágeis e afetados por conflitos	-2,8	-3,6	-4,3	-4,6	-4,6	-4,2	26,4	38,0	43,0	43,6	43,8	41,3	
Zona do franco CFA	-2,6	-1,5	-4,4	-3,9	-2,8	-1,7	33,1	47,4	54,4	56,4	56,2	54,6	
UEMAC	-2,4	-0,1	-2,0	-1,2	1,7	2,8	33,3	52,3	60,0	57,3	49,6	46,2	
UEMOA	-2,9	-2,4	-5,7	-5,5	-5,7	-4,4	33,6	44,3	51,3	55,9	60,4	59,6	
COMESA (membros da ASS)	-3,3	-4,6	-5,5	-5,1	-5,0	-4,2	40,1	54,6	61,3	58,6	59,4	53,8	
CAO-5	-4,2	-5,3	-6,4	-6,4	-5,5	-4,6	37,0	49,1	55,9	56,8	57,1	55,3	
CEDEAO	-3,3	-4,3	-6,5	-6,4	-6,3	-5,6	25,6	36,7	44,0	47,2	48,4	47,7	
SACU	-3,9	-4,9	-9,6	-6,0	-4,9	-5,1	40,8	54,5	66,5	66,8	65,9	68,3	
SADC	-3,1	-3,7	-7,1	-4,2	-3,5	-3,9	42,0	61,1	71,0	64,9	62,0	60,5	

Ver nota de rodapé na página 17.

	Moeda em sentido lato						Conta corrente externa, incl. donativos					
	(em % do PIB)						(em % do PIB)					
	2010-2018	2019	2020	2021	2022	2023	2010-2018	2019	2020	2021	2022	2023
África do Sul	66,5	67,0	74,1	70,3	69,6	70,3	-3,4	-2,6	2,0	3,7	1,2	-1,0
Angola	34,8	33,1	37,8	24,3	18,1	18,6	3,3	6,1	1,5	11,2	11,3	5,4
Benim	27,8	27,8	30,5	32,6	32,6	32,6	-5,0	-4,0	-1,7	-4,4	-6,0	-5,6
Botsuana	45,0	47,2	52,5	48,3	45,3	47,5	2,1	-7,0	-10,8	-0,5	2,0	2,5
Burquina Faso	30,5	40,7	45,0	50,6	53,9	56,8	-4,9	-3,3	4,3	0,2	-3,5	-3,4
Burundi	25,7	39,6	46,3	50,6	52,6	54,4	-14,1	-11,6	-10,2	-13,4	-14,9	-14,1
Cabo Verde	91,4	93,1	114,3	107,1	100,4	100,7	-8,3	0,2	-15,0	-11,2	-14,0	-6,2
Camarões	21,3	24,0	26,6	29,1	30,9	31,8	-3,2	-4,3	-3,7	-4,0	-2,3	-2,8
Chade	13,9	17,0	20,8	23,3	20,1	20,2	-8,1	-4,4	-7,6	-4,5	0,8	-2,4
Comores	24,2	28,1	31,2	36,8	36,1	33,4	-2,7	-3,9	-3,0	-2,4	-10,5	-9,1
Côte d'Ivoire	11,0	11,7	13,8	15,4	13,6	13,0	0,1	-2,3	-3,2	-3,8	-5,2	-5,0
Eritreia	198,9	241,5	232,1	232,1	232,1	232,1	12,2	13,1	14,6	13,5	12,2	10,8
Essuatíni	26,5	28,3	32,3	30,3	33,9	33,9	4,6	3,8	6,7	2,5	-0,8	0,1
Etiópia ¹	28,5	33,0	30,8	31,1	29,0	26,9	-7,0	-5,3	-4,6	-3,2	-4,3	-4,4
Gabão	23,3	23,3	27,9	23,1	20,9	24,4	4,6	-5,0	-6,9	-5,7	-1,4	-2,9
Gâmbia	36,7	47,2	56,0	59,5	55,5	50,9	-8,0	-6,2	-2,9	-8,1	-13,7	-11,7
Gana	23,6	26,1	30,8	29,5	29,2	29,9	-6,1	-2,7	-3,0	-3,2	-5,2	-4,4
Guiné	24,3	24,6	27,6	25,8	24,9	25,4	-15,6	-11,5	-13,6	-1,3	-7,0	-8,0
Guiné-Bissau	36,5	42,0	45,6	45,5	43,9	42,6	-2,3	-8,5	-2,7	-3,2	-6,5	-4,7
Guiné Equatorial	15,2	16,1	17,1	14,7	10,4	10,4	-9,7	-0,9	-4,2	-3,4	-1,6	-2,1
Lesoto	34,6	35,4	41,8	38,5	36,7	36,0	-7,0	-1,7	-1,6	-5,0	-8,5	-8,7
Libéria	20,2	20,9	25,5	24,6	24,8	24,9	-17,8	-19,6	-16,4	-17,7	-16,3	-16,5
Madagáscar	23,0	24,8	28,7	29,1	33,9	33,6	-3,4	-2,3	-5,4	-4,9	-5,4	-5,1
Maláui	17,1	16,0	17,5	20,9	20,9	20,9	-9,5	-12,6	-13,8	-12,2	-12,1	-12,9
Mali	26,5	29,6	36,5	40,4	40,4	40,4	-5,6	-7,5	-2,2	-10,0	-7,9	-7,1
Maurícias	104,3	120,8	163,7	164,6	151,9	142,6	-6,5	-5,1	-9,2	-13,6	-13,0	-8,1
Moçambique	31,9	36,9	42,9	43,6	42,8	43,0	-30,7	-19,1	-27,3	-22,9	-45,9	-39,6
Namíbia	58,3	63,6	71,6	71,4	70,3	69,4	-8,3	-1,7	2,6	-9,1	-8,0	-4,2
Níger	17,1	17,1	19,2	19,9	21,7	22,3	-12,9	-12,2	-13,5	-13,8	-15,6	-13,9
Nigéria	22,1	23,9	25,2	24,9	25,6	26,5	1,9	-3,3	-4,0	-0,4	-0,2	-0,6
Quênia	36,9	34,4	37,2	35,0	34,6	34,9	-6,9	-5,2	-4,7	-5,2	-5,9	-5,6
República Centro-Africana	22,7	28,0	30,3	33,3	31,3	29,7	-7,6	-5,1	-8,6	-10,8	-14,1	-7,5
República Democrática do Congo	11,4	15,1	20,2	21,9	26,2	29,7	-5,4	-3,2	-2,2	-0,9	0,0	0,0
República do Congo	27,2	24,4	36,4	32,6	30,3	34,2	-5,4	0,4	-0,1	12,6	19,1	11,1
Ruanda	21,4	25,7	29,4	30,4	30,4	29,9	-9,9	-11,9	-12,1	-10,9	-12,6	-11,7
São Tomé e Príncipe	37,4	31,8	32,4	30,2	30,2	30,2	-16,8	-12,1	-11,0	-11,3	-13,9	-11,0
Seicheles	64,7	82,5	113,3	108,2	100,7	99,5	-17,5	-3,2	-13,7	-10,5	-6,6	-7,7
Senegal	33,2	41,5	45,3	48,2	49,0	49,1	-6,7	-7,9	-10,9	-13,2	-13,0	-9,5
Serra Leoa	22,0	23,2	29,5	32,4	30,7	29,9	-22,9	-14,3	-6,8	-14,9	-8,5	-7,7
Sudão do Sul	18,1	13,6	14,6	17,1	14,7	7,7	3,5	1,5	-13,8	-2,7	8,6	2,1
Tanzânia	22,6	20,4	21,3	21,4	21,5	21,4	-7,5	-2,6	-1,8	-3,3	-4,4	-3,9
Togo	36,2	42,0	45,4	47,5	47,6	47,7	-5,4	-0,8	-0,3	-1,9	-4,8	-5,7
Uganda	17,2	19,4	22,4	21,8	21,6	21,6	-5,7	-6,6	-9,5	-8,3	-8,0	-10,2
Zâmbia	20,1	23,6	31,3	25,2	25,0	25,0	1,1	1,4	12,0	7,6	-1,8	-3,7
Zimbabué ²	24,3	18,7	17,1	16,3	13,8	12,0	-9,9	4,0	2,9	1,1	0,6	0,3
África Subsariana	34,8	35,5	38,6	37,2	36,6	36,8	-2,5	-3,3	-2,9	-1,1	-1,7	-2,5
<i>Mediana</i>	25,8	28,0	31,2	31,1	30,9	31,8	-5,8	-4,0	-4,2	-4,4	-5,9	-5,1
Excl. África do Sul e Nigéria	27,8	29,5	32,7	31,5	30,6	30,6	-4,5	-3,5	-4,2	-3,3	-3,4	-4,0
Países exportadores de petróleo	23,7	24,9	27,0	24,9	24,5	25,3	1,4	-2,0	-3,6	0,7	2,0	0,3
Excl. a Nigéria	27,4	27,4	31,5	25,0	21,6	22,4	0,3	1,2	-2,5	3,2	6,6	2,6
Países importadores de petróleo	41,8	41,4	45,0	43,8	43,1	42,9	-5,2	-4,0	-2,5	-1,9	-3,8	-4,3
Excl. a África do Sul	27,9	30,0	32,9	32,9	32,5	32,3	-6,5	-4,7	-4,5	-4,7	-6,2	-5,8
Países de rendimento médio	37,8	38,4	42,1	39,9	39,1	39,6	-1,2	-2,6	-2,0	0,2	-0,2	-1,3
Excl. África do Sul e Nigéria	30,6	31,7	36,1	33,1	31,4	31,7	-2,0	-2,0	-3,1	-1,9	-1,2	-2,1
Países de baixo rendimento	24,2	27,0	28,8	29,7	29,6	29,4	-8,3	-5,4	-5,5	-4,9	-6,1	-6,1
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil e afetados por conflitos	21,6	22,3	24,7	25,0	25,3	25,1	-8,1	-6,1	-6,6	-6,0	-7,0	-7,3
Países frágeis e afetados por conflitos	23,3	26,1	27,7	28,1	28,5	29,0	-1,3	-3,8	-4,2	-1,8	-1,9	-2,2
Zona do franco CFA	21,6	24,5	28,0	29,7	29,5	30,1	-3,8	-4,3	-4,2	-4,9	-4,2	-4,5
UEMAC	20,4	22,2	26,0	26,2	25,6	27,1	-3,7	-3,4	-4,5	-2,5	0,8	-1,0
UEMOA	22,4	25,7	29,1	31,6	31,4	31,6	-4,1	-4,9	-4,1	-6,3	-7,5	-6,6
COMESA (membros da ASS)	29,7	32,0	34,6	33,9	33,5	33,0	-5,9	-4,3	-4,1	-3,8	-4,6	-4,8
CAO-5	27,3	27,0	29,3	28,5	28,3	28,4	-7,1	-5,1	-5,1	-5,6	-6,3	-6,4
CEDEAO	22,5	24,8	27,1	27,3	27,7	28,3	-0,5	-3,9	-4,2	-2,4	-2,7	-2,6
SACU	64,8	65,5	72,4	68,7	67,9	68,6	-3,3	-2,6	1,5	3,1	0,9	-1,0
SADC	50,0	49,4	54,8	51,1	49,9	50,0	-3,3	-1,9	-0,1	1,9	0,3	-1,4

Ver nota de rodapé na página 17.

Quadro AE4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas

	Dívida externa, dívida oficial, por devedor						Reservas					
	(em % do PIB)						(em meses de importações de bens e serviços)					
	2010-2018	2019	2020	2021	2022	2023	2010-2018	2019	2020	2021	2022	2023
África do Sul	13,7	20,2	23,4	18,6	20,0	20,7	5,4	8,4	6,4	5,2	4,8	4,5
Angola	29,2	59,5	89,3	68,6	45,2	42,2	8,3	13,6	9,5	7,4	7,1	6,7
Benim ¹	14,2	25,1	30,3	34,8	39,4	41,3
Botsuana	15,7	12,6	12,5	10,1	10,6	10,3	11,6	10,0	6,5	5,8	6,2	6,2
Burquina Faso ¹	20,2	23,7	25,2	25,2	28,1	27,9
Burundi	20,0	18,0	17,5	19,9	18,4	17,1	2,8	1,3	1,0	2,2	1,6	1,4
Cabo Verde	80,2	97,9	130,3	114,9	127,6	126,1	5,1	8,9	6,9	7,0	5,1	5,0
Camarões ²	16,1	29,2	32,5	30,2	32,8	33,1
Chade ²	24,1	25,5	28,2	24,4	21,6	20,2
Comores	18,0	20,9	23,2	24,0	32,6	37,6	7,0	6,9	8,2	8,5	7,3	6,5
Côte d'Ivoire ¹	20,4	28,2	34,4	31,5	34,5	34,5
Eritreia	63,4	61,7	57,3	55,4	51,5	46,8	4,6	5,0	4,2	4,1	4,6	4,5
Essuatíni	8,2	12,7	15,2	15,5	17,2	16,9	3,8	3,2	3,1	3,1	3,1	3,1
Etiópia ³	24,5	28,2	28,8	29,0	25,5	22,4	2,0	2,2	2,0	1,5	0,7	0,6
Gabão ²	27,4	38,9	49,0	36,1	30,9	31,9
Gâmbia	35,1	46,4	49,4	47,5	45,2	43,7	3,7	4,0	5,3	6,0	4,4	4,1
Gana	23,6	29,6	35,0	34,4	39,5	47,5	3,2	4,1	4,0	3,8	3,3	3,3
Guiné	26,8	19,9	27,0	28,3	26,9	26,7	2,2	1,5	1,9	2,2	2,2	2,4
Guiné-Bissau ¹	29,3	36,2	43,1	38,3	42,3	41,6
Guiné Equatorial ²	8,1	14,0	16,3	12,4	8,5	9,1
Lesoto	34,9	38,8	48,2	42,4	44,3	47,2	4,8	3,9	4,2	4,7	3,7	3,3
Libéria	15,3	34,9	41,1	37,2	39,1	40,9	2,1	2,2	2,2	4,3	4,1	4,3
Madagáscar	23,2	26,9	36,4	38,0	40,3	41,6	3,1	5,3	4,8	5,1	4,9	4,5
Maláui	17,3	28,0	31,8	31,6	34,3	38,7	2,3	3,0	0,9	0,3	0,3	1,1
Mali ¹	22,2	26,5	31,8	27,9	28,3	28,1
Maurícia	13,7	10,9	21,1	22,2	30,5	29,7	7,0	16,9	14,4	15,1	11,7	10,6
Moçambique	58,8	80,8	90,7	84,9	77,9	76,6	3,2	5,3	4,6	2,5	2,3	2,4
Namíbia	10,8	20,2	21,3	16,6	17,7	16,8	3,2	5,3	4,3	5,0	4,1	4,3
Níger ¹	17,0	25,4	33,0	31,5	35,2	35,1
Nigéria	3,1	6,7	8,0	9,1	9,1	9,1	5,9	6,3	6,6	6,3	6,5	6,7
Quênia	22,2	29,8	32,1	32,3	33,3	34,8	4,3	6,2	4,5	4,4	3,9	4,2
República Centro-Africana ²	26,1	35,8	36,3	32,8	33,7	31,1
República Democrática do Congo	15,7	12,8	13,7	14,6	13,2	9,9	1,1	0,8	0,6	0,8	1,1	1,4
República do Congo ²	23,8	31,0	32,4	26,3	22,8	23,0
Ruanda	24,6	43,2	54,7	53,4	55,6	56,3	3,7	4,6	5,4	4,5	4,2	4,0
São Tomé e Príncipe	76,6	65,4	64,9	60,0	64,0	63,0	3,8	3,4	4,5	3,8	4,6	4,6
Seicheles	37,9	26,3	38,8	39,5	32,9	34,2	3,3	5,2	3,7	3,7	3,5	3,7
Senegal ¹	30,1	47,4	48,9	45,8	47,4	45,6
Serra Leoa	30,4	41,4	48,3	48,3	50,3	51,1	2,9	4,5	4,4	6,1	4,9	4,0
Sudão do Sul	1,8	0,4	0,1	0,8	0,6	0,8
Tanzânia	24,9	28,1	28,9	28,4	27,0	25,4	4,6	5,8	5,6	4,7	4,4	4,3
Togo ¹	12,8	17,6	28,3	25,4	27,7	26,7
Uganda	15,5	22,9	29,8	27,7	27,8	28,3	4,6	3,7	4,3	4,0	3,4	3,4
Zâmbia ⁴	21,8	48,7	66,6	56,0	2,8	2,6	1,3	1,2	1,2	1,8
Zimbabué ⁵	33,6	31,2	30,8	21,6	18,5	19,0	0,5	0,3	0,1	1,5	1,2	1,1
África Subsariana	15,3	22,8	26,5	24,6	24,1	23,8	5,0	6,1	5,1	4,7	4,5	4,5
Mediana	21,9	28,2	32,3	31,5	32,8	33,7	3,7	4,5	4,3	4,3	4,1	4,0
Excl. África do Sul e Nigéria	23,0	31,7	36,5	33,8	32,4	32,0	4,2	5,0	3,9	3,7	3,4	3,4
Países exportadores de petróleo	9,9	17,1	20,0	19,5	17,8	17,0	6,0	6,9	6,3	5,8	6,1	6,3
Excl. a Nigéria	24,6	43,6	55,5	45,2	36,2	35,2	6,3	8,3	5,5	4,7	5,2	5,3
Países importadores de petróleo	19,0	25,9	29,9	27,1	27,7	27,9	4,2	5,6	4,4	4,1	3,5	3,4
Excl. a África do Sul	22,7	28,9	32,8	31,4	31,4	31,1	3,4	4,1	3,5	3,5	2,9	2,9
Países de rendimento médio	13,3	21,3	25,0	23,0	22,8	22,7	5,5	7,0	5,8	5,3	5,2	5,3
Excl. África do Sul e Nigéria	22,6	34,9	41,5	37,5	36,0	36,5	5,3	6,5	4,8	4,6	4,4	4,5
Países de baixo rendimento	24,0	27,8	30,9	29,5	28,1	26,8	2,8	3,0	2,8	2,7	2,3	2,2
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil e afetados por conflitos	21,5	27,3	32,2	31,4	31,2	30,9	3,8	4,3	4,3	4,0	3,6	3,6
Países frágeis e afetados por conflitos	10,2	15,5	17,3	17,5	16,5	15,6	4,7	4,9	4,8	4,6	4,6	4,7
Zona do franco CFA	19,9	29,4	34,1	31,1	31,9	32,1	4,7	4,8	4,6	4,7	4,3	4,3
UEMAC	19,1	29,1	33,1	28,2	26,3	26,7	4,2	3,6	3,1	2,7	3,1	3,8
UEMOA	20,8	29,5	34,6	32,8	35,5	35,3	5,0	5,6	5,4	5,8	5,0	4,6
COMESA (membros da ASS)	21,4	27,1	30,5	29,4	27,9	27,0	3,1	3,9	3,1	3,0	2,5	2,5
CAO-5	21,8	28,6	31,6	31,1	31,2	31,4	4,4	5,5	4,8	4,4	4,0	4,0
CEDEAO	9,0	15,0	18,2	18,9	19,1	19,0	5,0	5,4	5,4	5,3	5,3	5,5
SACU	13,7	19,9	23,0	18,3	19,7	20,3	5,5	8,3	6,3	5,2	4,8	4,5
SADC	18,8	27,4	32,4	27,1	26,3	25,9	5,4	7,7	5,6	4,8	4,5	4,3

Ver nota de rodapé na página 17.